

Heróis e anti-heróis de uma memória histórica

Para a caracterização dos paradigmas de heroísmo
nos manuais escolares (1895-1939)*

SÉRGIO CAMPOS MATOS **

«... é menos a realidade dos factos que me interessa do que a maneira como as testemunhas, os autores desses grandes textos narrativos tomaram consciência dos factos que relatam.»

GEORGES DUBY (1)

1. Introdução: objecto e método

A imagem de uma nação, de uma determinada época do seu percurso histórico é sempre mediatizada e construída pelas testemunhas de que nos fala Georges Duby, pelos seus escritores, artistas, historiadores. A verdade dos factos, parcial ou totalmente,

escapa-nos de um modo irremediável, embora possamos, em certas situações, e por momentos, ter a ilusão de alcançarmos esse conhecimento «autêntico» e fiel à «realidade» dos acontecimentos que ocorreram no passado. Quando nos parece ter atingido esse estágio de um conhecimento «verídico» e preciso relativamente a uma conjuntura histórica bem delimitada, logo novos documentos vêm acrescentar outros pontos de vista, que iluminam o contexto de um novo e diverso modo, ou até, e frequentemente, invalidar interpretações ou teses até aí tidas como seguras. E todavia quando falamos de história, seja ela a história-narrativa mais factual, em sintonia ou não com um certo

* Reproduzimos neste estudo, com alterações e desenvolvimentos vários, um capítulo e outros excertos da tese de Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas (época contemporânea) — *História, mitologia e imaginário nacional — uma prospecção nos manuais dos liceus (1895-1939)* — defendida em Junho de 1988 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Departamento de Estudos Portugueses). Agradecemos ao Professor Doutor João Medina as críticas e sugestões que então nos dirigiu.

** Assistente do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

positivismo espontâneo, ou a mais recente «história-problema» a que se refere François Furet⁽²⁾, o pano de fundo, o cenário remete inevitavelmente para essa «realidade dos factos»⁽³⁾. A narrativa da história reenvia-nos sempre para aquilo que aconteceu de facto, aquilo que se passou e foi vivido e não regressará nunca, a não ser de uma forma mutilada através de vestígios, sinais deixados pelo tempo reconstruído nas palavras daqueles que lá estavam (ou que não estando deram conta dos factos), ou na nossa imaginação. Muita coisa nos faltará na reconstituição desse infinito *puzzle* — por mais circunscrito que seja o facto com que nos detivermos — visto que serão sempre fragmentárias, incompletas e irredutivelmente diversas as múltiplas leituras que cada um faz dos acontecimentos⁽⁴⁾. Trabalhamos com informações subjectivas, ideológicas (e por conseguinte, deformadoras), com verdades parciais. Neste sentido é que Duby reconhece que o mental manipula, modifica o vivido, e portanto, em última análise «a verdade objectiva» é inacessível⁽⁵⁾. Não funcionará esta «verdade objectiva» como um lugar mítico, securizante, que apazigua a angústia do homem contemporâneo e o reenvia para uma unidade perdida?⁽⁶⁾

Numa entrevista concedida em 1980, aquele historiador medievalista fala-nos, a dado passo, do seu percurso profissional, dos seus primeiros trabalhos ainda marcados por um certo espírito positivista, do seu interesse pelas «estruturas materiais da sociedade», numa época em que, de uma maneira geral, se desprezavam as chamadas «fontes narrativas» e privilegiava as fontes arquivísticas (leis, forais, livros de contas, etc.). Mas com o correr do tempo, Duby foi-se voltando para todo um território que tinha sido até então esquecido:

«Pouco a pouco fui-me apercebendo de que tudo aquilo que sempre fora negligenciado, isto é, as narrativas, as obras dos historiadores do passado constituía uma inesgotável reserva de material acerca das mentalidades, das ideologias.»⁽⁷⁾

O interesse por este imenso território — que, em parte constitui o objecto da chamada história da história — não tem deixado de se desenvolver de um modo parti-

cularmente sensível desde o final dos anos 70⁽⁸⁾.

Ora, de algum modo, também os livros escolares de História, que se multiplicam prodigiosamente a partir de meados do século XIX, se integram naquele tipo de fontes narrativas (sem esquecer, claro está, as suas características específicas). Neles se contam episódios de uma história que foi acontecendo, uma narrativa que não terminou (nunca terminará), mas que transmite uma certa ilusão de perenidade, de ter sido escrita para sempre e de caminhar no sentido unilinear do progresso.

Baseando-nos essencialmente em manuais de História de Portugal e em livros de leitura (adoptados no ensino secundário liceal e no ensino primário), procurámos estabelecer um confronto entre múltiplas representações de algumas figuras históricas mais representativas, sobretudo do ponto de vista da projecção cultural e do investimento sentimental e mítico que adquiriram na época contemporânea, e, mais precisamente, num período que se estende dos finais do séc. XIX (1895) à fase inicial do Estado Novo (até 1939).

Na convicção de que os livros escolares e, de uma maneira geral, o discurso pedagógico oficial, veiculado por uma abundante e muito diversificada legislação, constituem um terreno extremamente fértil para o estudo de uma certa memória histórica⁽⁹⁾, bem como das ideologias e mentalidades ligadas ao poder político, optámos por neles centrar a nossa análise, recorrendo também a uma vasta produção ensaística e poética que transmite imagens de Portugal, múltiplos sentidos do seu percurso histórico.

A abordagem de um período relativamente longo justifica-se visto que só numa perspectiva macro-temporal estaremos em condições de entrever, na sua dinâmica intertextual, as variantes de um discurso pedagógico nacionalista que, à medida que se avança no séc. XX, irá assumindo contornos bem diversos do nacionalismo oitocentista.

Definimos pois como limites aproximados para a nossa abordagem as datas de 1895 e 1939. Na primeira é adoptada a inovadora reforma do ensino liceal da autoria de Jaime Moniz⁽¹⁰⁾, que reestruturou o plano do curso, dotando-o de novos programas e contribuindo decisivamente para se ultrapassar a longa

fase de «anarquia pedagógica» em que se viveu durante largos decénios. Constitui um marco notável, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo (número de alunos inscritos no ensino oficial, número de professores), na vida dos liceus portugueses ⁽¹¹⁾.

Em 1936 entra em vigor a segunda reforma do ensino secundário liceal empreendida pelo Estado Novo, cúpula de todo um esforço de reorganização e reorientação pedagógica e ideológica do sistema, já patente nas várias reformas que os governos da ditadura militar tinham promulgado (1926, 1929, 1930 e 1931). Em 1939, seria publicada a segunda edição revista do manual de António G. Mattoso ⁽¹²⁾, que, em sucessivas reedições, viria a assumir um relevante papel na formação de várias gerações. Pode dizer-se que por esta época estava consolidada a política educativa e o aparelho escolar do estado autoritário ⁽¹³⁾.

Convém ainda acentuar, numa perspectiva mais geral, que a década de 1890, desde a crise económica e financeira de 1890-91, o Ultimato inglês de 1890 e a tentativa revolucionária de Janeiro de 1891, é fortemente marcada pela crise do sistema liberal, crise de um modelo de desenvolvimento moderadamente livre-cambista e de um regime constitucional monárquico que revelava crescentes dificuldades políticas.

A segunda metade da década de 1930 ficaria assinalada pela estruturação e consolidação do Estado Novo, das suas instituições e mecanismos de endoutrinação, estruturação não isenta de divergências políticas significativas ⁽¹⁴⁾.

A opção de privilegiarmos os manuais escolares dos liceus prende-se com duas razões fundamentais: por um lado, as características dos compêndios neles adoptados que, sendo destinados a uma população escolar extremamente restrita e a grupos etários mais avançados, adoptam, claro está, um discurso mais elaborado (e que, por isso mesmo, se prestam ao nosso tipo de abordagem) do que os adoptados no ensino primário; por outro lado, o facto de os raros estudos já publicados, de muito desigual interesse, e que, de algum modo, tocam as nossas problemáticas, terem privilegiado quase exclusivamente o grau do ensino primário ⁽¹⁵⁾.

Propusemo-nos, pois, proceder a um estudo diacrónico de algumas figuras simbólicas da História de Portugal num período em que se assiste a uma intensa reelaboração de tradições, em que se confrontam mais exacerbadamente as imagens contraditórias do percurso nacional.

Seleccionámos oito personalidades históricas — Afonso Henriques, Nuno Álvares, o Infante D. Henrique, D. João III, D. Sebastião, Camões, Pombal e Herculano — de acordo com os critérios que resumidamente passamos a expor. Em primeiro lugar e como é óbvio, trata-se de personagens que ocupam, todas elas, um lugar de relevo — enquanto heróis ou anti-heróis — nos livros escolares que percorremos. Algumas delas são mesmo consideradas representativas daquilo que, para simplificar, poderemos chamar o «carácter nacional» ⁽¹⁶⁾ — é o caso de Nuno Álvares, do Infante ou de Camões. Em segundo lugar, procurámos diversificar, de diversos pontos de vista e tanto quanto possível esta amostragem, no sentido de a tornar representativa: por um lado, em termos estritamente cronológicos, alargando o nosso leque de figuras a várias épocas históricas; por outro, tendo em conta o ponto de vista funcional: as acções que empreenderem, o(s) significado(s) simbólico(s) e mítico(s), a projecção que adquiriram na cultura portuguesa contemporânea (em especial no campo da historiografia e no campo literário); como é óbvio, este critério é indissociável do estatuto social dessas personagens — entre elas se encontram guerreiros, estadistas e homens de letras, não abrangendo contudo todo o leque possível, o que seria inviável neste ensejo. Não deixaremos de considerar, a título de exemplo, claro está, outros modelos de figuras como o mártir Infante Santo, ou o descobridor Vasco da Gama. Preferimos, no entanto, dar uma especial atenção às personalidades em que o investimento mítico e imaginário foi mais longe: estão neste caso os heróis fundadores em sentido alargado (Afonso Henriques, Nuno Álvares, D. João III e Pombal, todos eles, em sentidos diversos, fundaram ou restauraram a Pátria ou parte dela, continuando-a num certo caminho) e os heróis das letras por excelência (Camões e Herculano, entre muitos outros). Interessante seria aprofundar este tipo de aborda-

gem tendo em conta os diversos modelos de heróis que se evidenciam na saga ultramarina, navegantes, cientistas, conquistadores do Império, homens de cultura literária (cronistas e poetas), religiosos (missionários, mártires), etc. Aliciante programa, para o qual teríamos que nos basear em documentação muito diversa, já que os livros escolares, dadas as suas características específicas, são quase sempre muito breves em referências a este tipo de figuras secundárias (17).

Finalmente, procurámos não limitar exclusivamente a nossa análise a figuras que, ao reunirem um certo consenso por parte dos compêndios, constituíssem como que modelos ideais, quer para a historiografia de tradição liberal, quer para a historiografia tradicionalista — caso de Camões e, fora da nossa amostragem, os de D. Dinis ou D. Pedro V — mas alargá-las às mais polémicas personalidades, heróis da historiografia liberal e anti-heróis da historiografia tradicionalista, ou vice-versa — D. João III, D. Sebastião e Pombal, são a este respeito os exemplos mais em evidência, que, aliás, suscitaram vibrantes polémicas (18).

Expostos os critérios que adoptámos na construção de nossa amostragem de mitos heróicos da História de Portugal, poder-se-á perguntar: não será ela demasiado limitada e pouco representativa, atendendo à imensa profusão de heróis em tão distantes lugares e épocas? Por mais restrita que possa ser considerada uma amostragem deste tipo, pensamos que, em certa medida, ela nunca deixará de ser significativa: além da ilimitada polissemia que cada figura, ou melhor, cada retrato imaginário condensa em si, como não pensar que no espelho estilizado que representa cada um deles poderemos entrever a idealização das múltiplas faces da natureza humana, ou tão-só, para sermos menos ambiciosos, da personalidade cultural dos portugueses?

Será possível chegar à definição, nos seus contornos mais gerais, de um paradigma do herói nacional a partir do isolamento das diversas «narrativas canónicas» e variantes em causa? (19) Ou teremos antes que considerar pelo menos dois paradigmas de mitos

heróicos, um deles construído pela historiografia de tradição liberal, o outro de matriz conservadora e integralista? Não escondemos a tentação de considerar os mitos como paradigmas de todos os actos humanos significativos (20), de reduzir a sua imensa diversidade a um ou dois modelos inteligíveis.

2. Heroísmo e culto dos heróis

Em 1869, o jovem Pinheiro Chagas, o «brigadeiro Chagas» da polémica com Eça de Queiroz acerca do patriotismo (21) publicou a primeira edição de um pequeno volume que viria a ter algum êxito: *Portugueses ilustres* (22), uma série de biografias resumidas de personalidades da História de Portugal, mais ou menos esquecidas. Não tardaria muito a segunda edição deste *vade-mécum* dos heróis portugueses (1873). E o seu sucesso entre o público não deixa margem para dúvidas: daí em diante as obras didácticas sobre o tema do heroísmo multiplicam-se espantosamente. É na década de 80 a *Sinopse dos homens célebres de Portugal* de Alfredo Gallis (1883), que, baseando-se no *Dicionário de Inocêncio da Silva*, pretende dar a conhecer os «homens mais notáveis de Portugal», na convicção de que os seus leitores, ao tomarem conhecimento das diversas biografias, sentiriam «o desejo de mais desenvolvidamente conhecer o herói de seu agrado» (23). É, nas décadas seguintes, a *Notícia de alguns homens mais notáveis e episódios da História Portuguesa* de Arsénio Mascarenhas (24), que foi aprovado pelo governo para a 1.ª classe dos liceus, de 1896 a 1905 (ao que sabemos teve três edições). São colecções como a intitulada *Grandes vultos Portugueses* que, em vários volumes, de autores diversos, cada um deles dedicado a uma figura histórica, obedece à mesma intenção de vulgarização (25). São álbuns ilustrados, caso das *Figuras históricas de Portugal* de Bourbon e Menezes e Matos Sequeira (1933), em que «heróis, sábios, reis e damas, mercantes e soldados, sorriem, falam, gesticulam...» (26) (repare-se, de passagem, na ilusão de real que aqui se procura transmitir). São, enfim, os inúmeros manuais de Instrução Moral e Cívica e tantas outras publicações contendo narrativas, mais ou menos romanceadas, em

que intervêm figuras da História de Portugal.

Ora, todo este imenso rol de narrativas biográficas que se projectam de modo particularmente evidente nos livros escolares, mergulha, se não estamos em erro, numa conjuntura mental e cultural em que se irão conjugar e sedimentar romantismo, nacionalismo (monárquico ou republicano) e positivismo.

No sentido original do termo, pode definir-se herói como um «*filho da união de um deus ou de uma deusa com um ser humano*», simbolizando «*a união das forças celestes e das forças terrestres*» (27). De origem grega, a palavra ter-se-á aplicado inicialmente aos chefes gregos na guerra de Tróia, e depois, por extensão, aos guerreiros de valor extraordinário e aos homens que se evidenciaram pela força de carácter ou por qualquer virtude notável. Em latim, no sentido figurado, terá passado a designar «homem célebre» (28).

Não usufruindo da imortalidade divina, apesar dos seus poderes excepcionais, o herói pode, contudo, tornar-se imortal, como que nascendo uma segunda vez. Como veremos, Comte e os positivistas de um modo geral, concederão especial atenção à ideia de imortalidade, apenas acessível a certos benfeitores da humanidade.

No entanto só a passagem pela «prova» (ou melhor, por diversas provas) permitirá ao herói tornar-se um «iniciado», um «salvador», um «libertador», eventualmente a figura providencial de toda uma comunidade (29).

Por outro lado, encontra-se muito frequentemente nas figuras heróicas a analogia com o sol. Tal como o astro que aquece a terra, o herói percorre diversas etapas — a aurora, o zénit, o crepúsculo — e entra na sombra (espécie de morte aparente), para logo a deixar e renascer na sua solaridade. Para além desta simbologia, outras conotações remetem para a soberania e o poder: por vezes, o herói impõe-se inequivocamente como líder político (30).

Mas o Romantismo veio trazer para um primeiro plano o herói artista, o herói sem armas. Entre nós, Camões será o expoente máximo, o protótipo deste herói criador, que se inspira na epopeia antiga e na epopeia de um povo que ele próprio, aliás, veio ins-

pirar. Herculano, Garrett e até Castilho, são outros exemplos — embora com características muito diversas — deste modelo de herói-artista. Todavia, em nenhum deles, como em Herculano se encontra um dos traços mais marcantes do herói romântico: a solidão, a dificuldade de integração numa sociedade demasiado acanhada e mesquinha para a sua grandeza moral (31).

Outra componente do heroísmo romântico é o retorno à epopeia antiga, que se afirma em França a partir dos anos 30 do século XIX (32). O mito de Joana d'Arc, reinventado sobretudo a partir da *Histoire de France* de Michelet é, em certo sentido, representativo deste heroísmo de epopeia. Para Michelet, Joana d'Arc encarna a própria França no seu génio de nação que desperta contra o inimigo externo, nos finais da Idade Média. O mito seria desenvolvido por muitos outros escritores, poetas e romancistas (para não falar de cineastas e artistas plásticos), e o facto de esta heroína ter sido beatificada (1909) e canonizada (1920), não terá deixado de contribuir para o seu ulterior desenvolvimento (33).

Contemporâneo de Michelet e da época de afirmação do romantismo é o criador do positivismo, Auguste Comte. Em diversos passos da sua obra já se encontra explícita uma teoria dos grandes homens, integrada no contexto da sua Religião da Humanidade, que, todavia, os seus discípulos heterodoxos rejeitavam. A partir de 1845, o autor de *Cours de philosophie positive* orienta os esforços no sentido da construção dessa religião «*demonstrável*» e do seu novo sacerdócio. É então que desenvolve a ideia do Grande Ser, conjunto dos homens que, ao cooperarem com a existência comum, conseguiram atingir uma existência subjectiva (34). É neste princípio do Grande Ser, «*motor imediato de cada existência individual ou colectiva*», que Comte irá a partir de então fundar a célebre «*fórmula sagrada*» do positivismo, «*L'Amour pour principe, et l'Ordre pour base; le Progrés pour but*». Consagrava-se deste modo a primazia do sentimento sobre a razão, do «*coração*» sobre o «*espírito*» como base de unidade humana, do seu monismo filosófico (35). O culto sociolátrico da Humanidade deveria ser dirigido pelos seus sacerdotes (os filósofos e sábios da filosofia positiva)

e concretizar-se num sistema de comemorações, com o fim último de «reconstruir no Ocidente a concepção e o respeito do conjunto do passado» (36). Surge assim o detalhado calendário positivista que Comte reproduziu em diversas obras e em que prevê um total de 65 celebrações com vista à regeneração do Ocidente. Este vasto «programa sociológico» de glorificações de grandes homens reparte-se por meses, semanas e dias (a cada dia corresponde uma figura histórica). Nele se inclui, curiosamente, a figura de Camões, que denomina o oitavo mês (consagrado à «Epopéia Moderna») (37). Comte podia assim orgulhar-se de ter sistematizado pela primeira vez um culto universal dos grandes homens que deveria progressivamente alargar-se a todos os países e continentes. Implícita neste «sistema de glorificação» em 65 apoteoses, encontra-se, evidentemente, uma filosofia da história dogmática e finalista, assente na crença de que o Ocidente se encontrava desde há trinta séculos, desde o sistema teocrático, no inevitável caminho da «sociocracia final» (38).

Do projecto da Religião da Humanidade não está ausente a ideia de que no homem há duas existências que se sucedam: «uma temporária mas directa, constitui a vida propriamente dita; a outra, indirecta mas permanente, só começa depois da morte». Enquanto a primeira é precária e objectiva, a segunda, subjectiva, é a «nobre imortalidade, necessariamente imaterial que o positivismo reconhece à nossa alma» (alma aqui no sentido intelectual e moral).

Ora, é esta distinção que permite ao sacerdote do *Catecismo positivista* (personagem que exprime o ponto de vista do sábio positivista) formular a lei fundamental da ordem humana: «os vivos são sempre, e cada vez mais necessariamente governados pelos mortos». Contudo, só os autênticos promotores dos principais progressos poderiam considerar-se «indispensáveis à Humanidade» (39).

Quer o sistema de comemoração idealizado por Comte, quer a sua ideia de imortalidade, de governo dos vivos pelos mortos, não serão totalmente esquecidos pela corrente heterodoxa que, no entanto, não seguia os aspectos mais dogmáticos do Culto da Humanidade (40).

Em Portugal Teófilo Braga irá teorizar de um modo particularmente explícito, e no contexto de uma ética altruística e antropocêntrica, a necessidade do culto dos «grandes homens». A difusão da doutrina positivista só poderia atingir as grandes massas e empreender a transformação social por via do sentimento, e em especial, do sentimento de veneração, essa poderosa força coordenadora das sociedades. Por outro lado, Teófilo dá conta que na época contemporânea se afirma uma tendência no sentido de se satisfazerem necessidades afectivas, não já por meio das religiões e crenças características dos estados teológico e metafísico, mas em sua substituição. Ora essa tendência deveria exprimir-se primordialmente nos centenários dos grandes homens, festejos cívicos nacionais em que se afirmam os sentimentos de solidariedade e de altruísmo, momentos privilegiados de exaltação do sentimento nacional (41). Por analogia com a hagiografia católica, com as comemorações religiosas empreendidas pela Igreja, o ideólogo do positivismo português concebe, à semelhança dos seus correligionários franceses, uma teoria dos «grandes homens», todo um programa de festas cívicas de consagração nacional, correspondente a uma espécie de hagiografia laica em que inclui as figuras que considerava mais representativas do progresso humano nas diversas épocas históricas. Objectivo, entre outros, desta teoria era o de dar a conhecer ao povo português, que durante vários séculos estivera mergulhado numa profunda decadência, um passado glorioso e revigorá-lo nas suas tradições nacionais. Pretendia-se pelo exemplo, pela lição moral extraída de personalidades paradigmáticas, ou de acontecimentos marcantes, elevar a consciência nacional, dar coesão e unidade ao sentimento nacionalista.

3. Perfis de uma mitologia nacional

Numa conferência realizada numa universidade europeia, Jorge Luís Borges afirmou um dia que diversas nações têm escolhido personalidades representativas, que não se lhes assemelham muito: «Es como si cada país pensara que tiene que ser representado por alguien distinto, por alguien que puede

ser um poco, una suerte de remedio, una suerte de triaca, una suerte de contraveneno de sus defectos» (42). Assim, a Inglaterra adoptou Shakespeare, talvez o menos inglês de todos os seus autores na sua tendência para a hipérbole, em contraste com a contenção e o eufemismo tão ingleses. A Alemanha, que facilmente cai no fanatismo nacionalista, elegeu Goethe, um homem tolerante. A Espanha da Contra-Reforma e da Inquisição, também optou por um autor tolerante, «*que no tiene ni las virtudes ni los vicios españoles*»: Cervantes (43). Poder-se-á dizer outro tanto de Camões em relação aos portugueses e à sua personalidade cultural colectiva? Ou, pelo contrário, não condensará a multifacetada obra do mais celebrado dos poetas portugueses os contrastes do(s) nosso(s) modo(s) de ser colectivo(s) no seu devir? Seria tentador aplicar a hipótese de Borges ao caso português, tanto mais que foi o romantismo oitocentista que viveu mais dramaticamente a consciência da decadência do país e fez de Camões o paradigma da cultura portuguesa, valorizando sobretudo a épica na sua produção literária.

Interessa-nos, porém, acima de tudo, confrontar diversas variantes de mitos históricos portugueses — não apenas de figuras literárias e no caso destas, não tanto com base nas suas obras literárias *em si* — isto é, a multiplicidade de imagens que deles foram sendo produzidas. Talvez que o Camões mítico que morre com a Pátria em 1580, esse «*Camões-Redentor*», «*rostro transfigurado dum Messias por vir*» (44), erigido no tricentenário de 1880 em patrono cívico de um Portugal que há muito ansiava pela sua Regeneração, talvez que essa figura imaginária contraste, um tanto paradoxalmente, com o tradicional e não menos culturalmente construído gosto lírico dos portugueses, em geral associado à saudade, a um certo pessimismo fatalista, ao cepticismo e à inacção contemplativa (Agostinho de Campos, por exemplo, admitia que esse tradicional lirismo se sobrepunha à frequência do «*gosto épico*», a que aludiam outros autores) (45).

Seja como for, o mito de Camões, como personalidade mais representativa do carácter nacional, viria a sofrer a concorrência de diversos outros protótipos nacionalistas que se afirmam sobretudo desde a década de 90.

Para empregarmos a terminologia de Gilbert Durand, poder-se-á situar, precisamente a partir dessa época, o período de «*codificação reflexiva*» de vários desses mitos heróicos (46) — isto é, o período em que se estrutura uma «*filosofia consciente*» do mito, em que se retiram as suas «*lições filosóficas*». É o caso dos mitos de Nuno Álvares e do Infante D. Henrique, sobretudo do primeiro, que terá entrado numa fase de «*explosão*» (Abraham Moles) com *A vida de Nun'Alvares* de Oliveira Martins.

Se a função, ou melhor, uma das funções do mito é deformar (47), há casos em que essa deformação resulta da súbita importância que neles adquire um conjunto de mitemas (os mais pequenos segmentos repetitivos da narrativa). Essa hipervalorização de alguns mitemas implica, por outro lado, a desvalorização de outros, podendo designar-se este processo por *heresia* — no sentido etimológico de «*escolhar a via única*» (48). É o que acontece quando já em plena I República emerge uma das versões mais tradicionalizantes da nossa História, com o grupo do chamado Integralismo Lusitano.

A deformação de um mito poderá revestir outra forma: a supressão de um grupo de mitemas — processo a que Durand chama um *cisma*. Acontece por exemplo quando se «apagam» no retrato de Afonso Henriques certos atributos negativos que a historiografia liberal, na esteira de Herculano, não se cansava de repetir.

Ante a diversidade de aspectos, ante a proliferação de múltiplas variantes, como se poderá então caracterizar o mito? A perspectiva de Lévi-Strauss parece-nos bastante pertinente, ao definir um mito pelo conjunto de todas as suas versões. Assim, por exemplo, os estudos de Freud sobre o complexo de Édipo vieram a integrar-se no mito de origem grega e nos seus posteriores desenvolvimentos (49). Ou, como é óbvio, a *Mensagem* de Pessoa, ao inscrever-se numa mitologia histórica pré-existente, vem enriquecê-la em determinado sentido heróico da vida. Daí a imagem de Lévi-Strauss: o mito desenvolve-se como uma espiral, segundo a sua estrutura folheada (*feuille-tée*), repetindo-se as suas variantes até que se gaste o impulso original que o constituiu (50).

Passemos então à abordagem de alguns mitos heróicos da nossa história.

I. AFONSO HENRIQUES

«Pai, foste cavaleiro
Hoje a vigília é nossa
Dá-nos o exemplo inteiro
E a tua inteira força!»

Fernando Pessoa, *Mensagem* (51)

Herói fundador, paradigma do herói de acção, guerreiro, poder-se-ia pensar que as diversas variantes do seu mito não se distanciam muito de um padrão básico, de um modelo de todas as suas lições — aquilo que Durand designa por *narrativa canónica* (52).

Audácia, vigor, tenacidade, glória (por ter sido o fundador da monarquia portuguesa e do estado independente, por ter vencido sempre ou quase sempre), parecem ser atributos quase unanimemente reconhecidos pelos livros escolares a Afonso I. E, no entanto, alguns autores não escondem a sua falta de lealdade para com Afonso VII de Leão (o que daria oportunidade ao célebre episódio de Egas Moniz, em que se afirmam, acima de tudo, as virtudes da honra e da lealdade) (53), alguns desaires militares, referidos embora de modo eufemístico (54), e o «humilhante» tratado de Tuy com Afonso VII (55).

Curioso é verificar o forte contraste entre o retrato negativo que Cândido Figueiredo nos traça de Afonso Henriques e, nos antípodas, a imagem que, alguns decénios mais tarde, Mattoso dele nos viria a dar (56). Pelo caminho ficaria a relativa «neutralidade» adoptada por Damião Peres e Cardoso Júnior (57).

Cândido de Figueiredo não põe em dúvida as provas de «*extraordinária coragem*» e os «*generosos sentimentos*» de Afonso I. Mas faz questão em afirmar que «*conquistou Santarém traiçoeiramente, fazendo na população uma carnificina, que em nada honra a memória do nosso primeiro rei*» (58). Aliás, de modo geral, se na reconquista os portugueses deram exemplos de «*grande valor*», em certos casos, a astúcia e a crueldade ter-se-iam contido sobreposto à valentia. O caso mais chocante relatado por Figueiredo é o da conquista de Évora, levada a cabo por «*um chefe de sal-*

teadores», Giraldo-Sem-Pavor, que, «*de escada e punhal*», submeteu e saqueou a cidade, sendo depois recompensado por Afonso Henriques com a alcaidaria da cidade (59).

Incorrendo num evidente anacronismo, o autor do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* considera que, até D. Pedro I, os reis portugueses não puderam ter «*a compreensão clara da sua missão como chefes de um povo que deve progredir pela paz e pela instrução*» (60). O período medieval e as personalidades que nele mais se destacaram são vistos segundo os parâmetros oitocentistas do progresso social. Daí que qualifique o primeiro século de existência da monarquia portuguesa como, «*essencialmente guerreiro, rude e quase bárbaro*» (61). Eurico Seabra considera mesmo Afonso I «*um homem do seu tempo, valente e bárbaro*» (62). Ao invés de Figueiredo, parece desculpá-lo pelas características da época em que viveu.

Breve mas hiperbólica no seu excesso é a apreciação de A. Mattoso, que atribui ao «*esforço, heroísmo e bravura*» de Afonso I a «*constituição política da Nação Portuguesa*» e uma «*obra gigantesca*» (63).

Embora seja o herói primeiro, fundador do estado independente (64) (não contando, evidentemente, com Viriato, primeiro na resistência à ameaça estranha), como se vê, o mito de Afonso Henriques recobre múltiplas variantes. E se no que respeita aos valores guerreiros se detecta alguma unanimidade (que não é total visto que alguns compêndios não deixam de considerar os seus desaires e a «*barbaridade*» das acções em que esteve envolvido), pode no entanto dizer-se que, do ponto de vista da competência (da modalidade do *saber-fazer*), de um fazer pragmático, ele reúne um certo consenso que assenta, basicamente, no retrato-padrão construído por Herculano na *História de Portugal*. No essencial, Herculano traça uma imagem positiva de Afonso Henriques — qualificando-o de «*naturalmente belicoso*», «*altivo e nobre*» (65) — desculpando-lhe acções em que teria evidenciado «*pouca fé e ambição desmedida*» (66), atendendo aos condicionalismos sociais de uma época de «*barbárie*» e às circunstâncias em que se encontrava o país.

Em contrapartida, em nenhum dos manuais que percorremos, o retrato do Conquistador se aproxima do expressivo mas fanta-

sioso e paradoxal perfil que dele nos deu Oliveira Martins, reproduzido numa Antologia de Narrativas Históricas para a 1.ª classe (67). Na *História de Portugal*, Martins valoriza as suas qualidades militares como guerreiro indomável e fugaz (considerando-o, todavia, um «fraco general», já que teria perdido todas as batalhas contra os Leoneses) e algumas qualidades de um carácter ambivalente, feito de fria embição e «valentia provada», de submissão e humildade, de «inteligência lúcida» e ingenuidade. Mas, ao compará-lo a um «javardo no seu refoio», ao referir-se à «tenacidade brava e bronca do javali», à ausência de qualquer sentimento poético na sua «cabeça estreita», apenas obcecada com a ideia de consolidar a independência (68), o nosso historiador-artista levava este retrato, quase grotesco, a um ponto até aí nunca atingido pela ficção mítica.

II. NUNO ALVARES

«... Portugal sublimado chama-se Nun'Alvares
É o herói ideal porque morreu santo.»

Guerra Junqueiro (69)

Patrono da Mocidade Portuguesa (juntamente com a figura do Infante D. Henrique) e da Cruzada Nuno Álvares — esse grupo de pressão conservador, nacionalista e anti-democrático que surge durante a ditadura de Sidónio Pais — poder-se-ia pensar que a invenção do mito heróico de Nuno Álvares está exclusivamente ligada a esses sectores políticos e ideológicos. E, no entanto, figuras destacadas do republicanismo português como António José de Almeida ou Guerra Junqueiro exaltam a figura de Nuno Álvares, em planos diversos (70). Para o líder republicano ele ombreia com Camões como uma das «mais altas expressões da nacionalidade portuguesa» (71), paradigma do herói salvador cuja existência teria sido condição *sine qua non* da própria existência da pátria: «sem Nun'Alvares não seríamos, talvez, portugueses» (72). Já para o poeta da Pátria, Nuno Álvares é sobretudo o protótipo da santidade, esse «heroísmo do espírito na vida eterna» (73), no que se distancia, obviamente, do para-

digma de heroísmo da historiografia liberal e mesmo positivista. Com efeito, nos livros escolares do liberalismo (monárquico ou republicano), e pelo menos até aos anos 20, o mito de Nuno Álvares tem um carácter essencialmente laico: valorizam-se sobretudo as suas excepcionais qualidades militares e patrióticas. É o «campeão da independência pátria» (74), é «sempre o primeiro em todos os recontros» da Guerra da Independência, distinguindo-se «pela perícia militar e pelo heróico esforço» (75). É um «espírito inquieto e sequioso de glória», leal, valente, homem de «honra», «pundonor» e com «amor à terra natal», enfim, «um dos heróis mais simpáticos da nossa história» (76). Eurico Seabra considera-o mesmo «guerreiro invencível» e «homem de valor como jamais houve em Portugal» (77).

Poderíamos multiplicar as citações: estamos aqui perante um Nuno Álvares «vermelho», herói da espada, de «bravura leonina» (78), que, num sentido amplo, funda de novo a Pátria ameaçada. Mas agora (de modo bem diverso do que se passara no momento original da independência liderada por Afonso Henriques), a Pátria ganha contornos de Nação, afirma-se na sua plenitude o sentimento nacional, que se generaliza a diversos grupos sociais. As referências ao seu recolhimento ao convento do Carmo são omitidas, e quando se encontram, são breves e inexpressivas: não se valoriza a santidade e o lado místico do glorioso herói de Aljubarrota. Como se a vida ascética de Frei Nuno já não fosse expressão de heroísmo: para acabar os seus dias, o Condestável teria aderido a um outro género de vida (as obras de piedade e beneficência).

Outra variante do mito estrutura-se, entretanto, desde a notável biografia de Oliveira Martins: *A vida de Nun'Alvares* (1893). Visão messiânica de heroísmo, do herói pré-destinado e iluminado interiormente, o que nos parece mais interessante e inovador no relato traçado por Martins é a construção de uma personagem extremamente complexa na sua duplicidade. O historiador refere-se mesmo a um desdobramento de personalidades: por um lado, a personalidade que o herói tinha «por natureza»; por outro lado, a per-

sonalidade «*inventada por deliberação*», correspondente ao seu ideal imaginário, à missão de que fora investido⁽⁷⁹⁾.

Para Martins, Nuno Álvares é o Messias da Pátria, o Galaz português — ele teria assimilado progressivamente a alma do cavaleiro da Távola Redonda, esse outro herói «*bastardo e virgem, fadado para as maiores empresas*»⁽⁸⁰⁾, destinado para uma santidade superior, suprema. A este retrato de um homem superior — «*O homem é maior ou menor, conforme a porção de humanidade que lhe corre na alma*», dizia Martins⁽⁸¹⁾ —, de um homem-tipo — «*porventura o tipo culminante da energia própria desta raça peninsular ibérica*»⁽⁸²⁾ — não falta, aliás, um certo gosto da antítese, do paradoxo. Terminada a empresa guerreira feita de audácia, decisão, energia, é como se o heroísmo de Nuno Álvares se transfigurasse no seu inverso: humildade, penitência, despojamento dos bens materiais — «*O nada é a síntese suprema das coisas*»⁽⁸³⁾. Paradoxal heroísmo este, em dois tempos, aparentemente contraditórios: uma vida activa de grandes feitos guerreiros que evidenciam ambição, coragem, audácia, sede de glória, e depois, num segundo momento, humildade caridosa, renúncia ao mundo, ascese mística e niilista. Afirma Oliveira Martins, prenunciando a modernidade:

«... como as nossas individualidades são múltiplas, por isso também são várias, contraditórias até, às vezes, as expressões que chamamos conscientes do espírito, ou por outra, as nossas almas. De um lado, qualquer homem observa em si próprio, quando pensa e quer, que a ideia, o sentimento, a vontade, mais ou menos combinadamente, lhe sugerem ao mesmo tempo noções, até às vezes opostas. É frequente querer-se o que se não quer, amar-se o que se detesta, porque os órgãos pensantes que funcionam em nós, cérebros mais ou menos completos, nos definem, também mais ou menos conscientemente, o pensamento que elaboram»⁽⁸⁶⁾.

Multiplicidade da natureza humana, divisão do eu, contradição na vontade e no pensamento (paradoxo no querer), não estaremos já em perto da problemática da ausência de sentido da vida, do absurdo da existência dos poetas modernistas?

Do poderoso retrato literário e mítico que o autor d'*A vida de Nun'Alvares* compõe em 1893 às variantes dos livros escolares, vai naturalmente uma grande distância. E, no entanto, não deixamos de nelas entrever ressonâncias, evidentemente menos elaboradas, da versão martiniana. Por exemplo, em Fortunato de Almeida, que investe Nuno Álvares de uma «*missão na terra*» e valoriza especialmente a sua vida monástica de caridade, desprendimento de todos os bens terrenos e «*contemplação divina*»⁽⁸⁷⁾.

Mas são os manuais do Estado Novo que maior projecção dão à santidade de Nuno Álvares. Tanto A. Pimenta como A. Mattoso reproduzem a página inteira o seu retrato de monge. Pimenta considera-o mesmo «*a encarnação suprema da Pátria portuguesa*»: é que Nuno Álvares foi Monge e Soldado, Santo e Herói, «*teve o duplo misticismo — o do Céu e o da sua terra*»⁽⁸⁸⁾. Compreende-se esta primazia atribuída ao mito do Santo Condestável: ele é simultaneamente um modelo de virtude religiosa e mística, e, por outro lado, de patriotismo. Para Pimenta, além dos inúmeros atributos do *ser*, ele tinha importantes atributos do *dever* (o amor de Deus e o amor da Pátria), do *querer* e do *saber* («*possuía o sentido rectilíneo do equilíbrio e das realidades*»; «*Sabia querer: e a sua vontade não conhecia, quando livre, embaraços. Sabia obedecer: e a sua obediência, na hora própria, não suportava reservas*»⁽⁸⁹⁾). Isto para além das suas virtudes na modalidade do *fazer*, manifestas no «*ciclo de suas proezas*»⁽⁹⁰⁾.

Para A. Mattoso, Nuno Álvares revela qualidades superiores do *ser*: «*simboliza as mais belas virtudes da Raça, pela nobreza de sua atitude, o seu heroísmo vigoroso, a sua bravura calma e reflectida, a sua vontade forte e decidida, a sua valentia natural, o seu misticismo ardente, o seu coração puríssimo onde vicejavam todas as qualidades que podem distinguir um ser humano*»⁽⁹¹⁾. Mas na narrativa de Mattoso, quem ocupa a posição de chefe e «*organiza a resistência ao invasor*» na crise de 1383-85 é o Mestre de Avis. É o Mestre que nomeia Nuno Álvares fronteiro do Alentejo, e depois, Condestável de Portugal. Além disso, nesta narrativa providencialista é ao rei a ao povo português que Deus confia o destino da Nação⁽⁹²⁾. No relato da

batalha de Valverde, Nuno Álvares é surpreendido ora a comandar a vanguarda, ora a rezar fervorosamente, «entre uns penedos, de joelhos em terra», esperando o momento decisivo do ataque⁽⁹³⁾.

Significativo é também o realce atribuído à recompensa do herói e à sua renúncia aos bens materiais, simbólicos (trocados pelo bem espiritual, pelo amor de Deus). As riquezas com que foi compensado (vilas, coutos, honras) tornaram-no o mais poderoso e rico fidalgo do país, mas não lhe corromperam o carácter. É que «Dois grandes amores dominaram e orientaram a sua existência: o amor da Pátria e o amor de Deus»⁽⁹⁴⁾. Mais do que A. Pimenta, Mattoso valoriza os enunciados do *fazer*, mesmo se esse *fazer* é renúncia, abandono, desprezo pelos bens e riquezas. Não surpreende é que dois valores que de certo modo se encontram nos antípodas — a castidade e a loucura heróica — presentes n'*A vida de Nun'Álvares* de Oliveira Martins, não se encontrem em qualquer dos livros escolares que percorremos. E, no entanto, o culto da castidade como forma de ascese é atribuído a Nuno Álvares pelos cronistas portugueses, desde remota data⁽⁹⁵⁾. Martins afirma até que apenas a obediência do jovem cavaleiro para com o pai é que o levara «a abandonar o ideal de bastardo casto, fadado para a cavalaria» (o pai pretendia que ele se casasse)⁽⁹⁶⁾.

Quanto à «loucura heróica», é também o autor d'*A vida de Nun'Álvares* que a ela faz referência, a propósito da hesitação do mestre de Avis em querer assassinar o conde de Andeiro, enquanto o Condestável teria insistido com ele pela necessidade de cumprir tal acto de loucura heróica, indispensável para «aguentar Portugal»⁽⁹⁷⁾.

Regressemos, porém, à variante do mito em que se valoriza a vertente religiosa e mística do herói. Em torno da sua figura, parece ter-se desenvolvido «um verdadeiro culto popular»⁽⁹⁸⁾, que aliás também é referido por Jaime Cortesão: moradores de diversas paróquias de Lisboa e de povoações dos arredores acorriam periodicamente à sepultura de Nuno Álvares, cantando e bailando, a celebrar as suas virtudes⁽⁹⁹⁾. Cortesão considera, de resto, o Condestável um dos símbolos «mais representativos do Espírito da Raça», «altíssima flor de virtude, exalando um per-

fume de misticismo»⁽¹⁰⁰⁾. Mas, visto que a sua lealdade, o seu «amor fiel à Pátria traída e ameaçada» se consumaram na salvação colectiva, o Santo Condestável teria passado a ser venerado numa «legenda religiosa, feito semi-deus», com poderes para inspirar movimentos de libertação e milagres. Para Cortesão, Nuno Álvares completa um ciclo legendário que o liga à Rainha Santa Isabel pela abdicação dos bens materiais⁽¹⁰¹⁾.

Também Pessoa prolonga o simbolismo religioso e místico do herói, num poema da *Mensagem* intitulado *A coroa*. Reproduzimos a última quadra:

«'Sperança consumada
S. Portugal em ser,
Ergue a luz da tua espada
Para a estrada se ver!»⁽¹⁰²⁾

Realizada a aspiração ideal, o herói transfigura-se, transubstancia-se, «é S. Portugal em ser». É o herói luminoso que aponta novos rumos.

Entretanto, paralelamente a estes desenvolvimentos do mito, a confirmação do culto a Nuno Álvares pelo papa Bento XV não terá deixado de contribuir para impulsionar o seu aproveitamento ideológico e político por parte dos sectores mais tradicionais da sociedade portuguesa. Padroeiro da nação para os monárquicos integralistas (1913), beatificado pelo papa (1918), objecto de uma festa religiosa anual (desde 1919) e de uma festa cívica (sobretudo nos primeiros anos 20), o culto de Nuno Álvares não deixa de se desenvolver durante a I República e primeiros anos do Estado Novo⁽¹⁰³⁾. Mas nesse culto podem distinguir-se duas variantes, que aliás já detectámos nos manuais escolares: por um lado o herói das armas, o guerreiro invencível das virtudes patrióticas e cívicas — o Nuno Álvares «vermelho»; por outro lado, o herói da santidade e das virtudes religiosas (humildade, caridade, sacrifício, etc.) — o Nuno Álvares «branco». Todavia, as duas grandes versões do mito conjugam-se, por vezes, (embora com *nuances várias*) em textos de republicanos espiritualistas, como um Guerra Junqueiro ou um Jaime Cortesão. E Pinheiro Chagas, muito antes do mito entrar na sua fase explosiva, embora valorize

sobretudo as qualidades militares e patrióticas do Condestável — chama-lhe mesmo o «*Aquiles português*» — não deixa de considerar as suas virtudes religiosas (104). Até o republicano Eurico Seabra, no seu *Resumo da História de Portugal*, põe em destaque a bondade, a humildade e outras qualidades espirituais dignas de um santo, chegando ao pontô de louvar a beatificação do Condestável pela Igreja: pelas suas qualidades, bem merecia Nuno Álvares ocupar um lugar na hagiografia católica (105).

Para terminar, procurámos reduzir as narrativas de A. Pimenta e A. Mattoso rela-

tivas a Nuno Álvares e à guerra contra Castela — representativas da variante mais tradicionalista do mito — aos modelos funcional e actancial de Greimas, o que, sem dúvida, permite entrever os sentidos de existência nelas contidos.

De modo muito abreviado, diremos apenas que em qualquer narrativa se opera uma transformação, na transição entre uma situação inicial e uma situação final, entre uma situação de *desordem* e uma situação de *ordem*, mediatizadas pelo percurso do herói e as sucessivas provas por que vai passando: trata-se do modelo funcional (106).

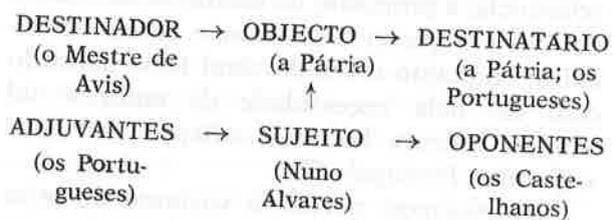
No nosso caso, teremos então:

SITUAÇÃO INICIAL	PROVA QUALIFICANTE	PROVA PRINCIPAL	PROVA GLORIFICANTE	SITUAÇÃO FINAL
D. Beatriz, herdeira da coroa: risco de Portugal perder a independência	Vitória na batalha de Atoleiros	Vitória de Aljubarrota	Reclusão no Convento do Carmo: abdica dos bens materiais	A independência consolidada

Entre a prova principal e a prova glorificante operam-se, contudo, transformações essenciais de que, em parte, o esquema acima reproduzido dá conta. Destacamos duas. Num primeiro momento, a atribuição ao sujeito (Nuno Álvares) de um conjunto de bens materiais, bens simbólicos (uma vez que constituem uma recompensa, um «*valor de troca*» pelos seus feitos de armas realizados). Num segundo tempo, a renúncia voluntária do sujeito, que se separa desses bens-valores. Primeiro estamos perante uma transformação conjuntiva, de carácter transitivo: como resultado das suas realizações, o sujeito (Nuno Álvares) é investido de determinados bens por outrem (D. João I), sem que tenha procurado adquiri-los (sem a intenção). Depois verifica-se uma transformação disjuntiva: o sujeito separa-se desses bens, priva-se deles voluntariamente, como resultado de uma reflexão. Mas só quando Nuno Álvares se retira para o convento e renuncia aos imensos bens materiais que lhe haviam sido atribuídos por D. João I, só quando se priva desses objectos simbólicos, é que volta a instaurar-se como sujeito virtual, dotado de valores virtuais que nele já se encontravam latentes, antes da sua realização como herói de armas (107).

Em rigor e para utilizarmos a linguagem conceptual de Greimas, no caso de Nuno Álvares, estamos perante uma transformação — um *dom* — em que se processa uma atribuição e depois uma renúncia, figura que implica uma comunicação de valores.

Vejamos, para terminar, como se podem reduzir as mesmas narrativas míticas ao modelo actancial, centrado sobre o objecto visado pelo herói (sujeito):



III. INFANTE D. HENRIQUE

«... génio das Descobertas, duma vontade tão abrasada de amor pátrio que não hesita em sacrificar a família à Pátria.»

Jaime Cortesão (108)

Se se desconhecesse quem escreveu esta frase, poder-se-ia atribuí-la a algum autor de

formação conservadora e tradicionalista. Para o jovem Cortesão, o Infante era um protótipo do «Espírito da Raça» (tal como Nuno Álvares, Camões e algumas outras figuras históricas), um «génio da acção», paradigma das virtudes nacionais ⁽¹⁰⁹⁾.

Aparentemente, estamos próximos do discurso nacionalista do Integralismo Lusitano. E, no entanto, o conceito romântico de heroísmo do autor d'O Infante de Sagres integra-se numa concepção humanista e ecuménica de patriotismo e não exclui, antes pelo contrário, o papel da colectividade social, do povo na História ⁽¹¹⁰⁾.

Não menos evidente é a mitificação da figura de D. Henrique patente na mesma citação: o patriotismo exacerbado parece justificar as mais controversas opções do Infante (a não entrega de Ceuta, com o conseqüente martírio do irmão, D. Fernando, e a sua intervenção em Alfarrobeira, ao lado de Afonso V, contra o Infante D. Pedro).

Em Cortesão, D. Henrique é um modelo de herói cuja intervenção é simultaneamente nacional e universal na sua finalidade religiosa e económica (substituir o Islão no tráfico oriental). Com a acção do Infante, Portugal adoptava uma «missão cosmopolita» e ecuménica, de projecção universal ⁽¹¹¹⁾. Compreende-se a distância que separa a versão do mito henriquino de Cortesão da versão do Estado Novo.

Também Pessoa exatou o universalismo da acção do Infante, nos termos bem expressivos de um providencialismo místico:

«Deus quer, o homem sonha, a obra nasce
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar a unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma
(...)»

E viu-se a terra inteira, de repente
Surgir, redonda, do azul profundo.» ⁽¹¹²⁾

A construção da figura mítica do Infante iniciou-se ainda em sua vida com as crónicas de Zurara ⁽¹¹³⁾. Terá sido sobretudo a partir do retrato que dele traçou o cronista sucessor de Fernão Lopes que, sobretudo na segunda metade do séc. XIX, se desenvolveu a sua «idealização legendária» (para empregarmos a expressão cara a Jaime Cortesão, aliás, um dos intervenientes neste processo). Exemplo

dessa idealização é o retrato que dele traça Oliveira Martins, em *Os Filhos de D. João I*. Protótipo do herói de acção, determinado, seco, duro, desumano até, o Infante é aí visto como «o Cipião português», inventor por excelência do Império português ⁽¹¹⁴⁾. É o homem que obedece cegamente a uma ideia fixa, com o ascetismo e a castidade de um monge sem família; um génio feito de «teimosia cega por ser iluminada» ⁽¹¹⁵⁾. É que D. Henrique obedecia ao Inconsciente, ao destino. Era «o veículo da alma de um povo» ⁽¹¹⁶⁾. «Alexandre de uma espécie nova», «Hércules» dos tempos modernos, D. Henrique teria encarnado o próprio génio nacional com a sua fé inabalável e o seu espírito de lucro ⁽¹¹⁷⁾.

Ora, esta poderosa variante do mito do Infante, exacerbadamente grandiosa e trágica — o herói, na sua iluminada obcecção, teria acabado por sacrificar três dos seus irmãos ao inexorável destino, ao Inconsciente que o impulsionava — terá constituído um ponto de partida decisivo para a sua posterior transformação ⁽¹¹⁸⁾.

É certo que, muito antes de Oliveira Martins, já se atribuía ao Infante a iniciativa dos descobrimentos e a intenção de alargar a fé ⁽¹¹⁹⁾. Atribuía-se-lhe uma inclinação para as matemáticas, domínio em que teria adquirido, através de um intenso estudo, os mais avançados conhecimentos ⁽¹²⁰⁾. Atribuía-se-lhe a fundação de «uma escola de cosmografia e de navegação» em Sagres ⁽¹²¹⁾, onde teriam sido preparados os marinheiros portugueses. No cabo S. Vicente, extremo Sudoeste de Portugal, instalado no seu palácio, D. Henrique aguardaria ansioso o retorno das caravelas que enviava para Sul ⁽¹²²⁾.

Vigor, entusiasmo, valentia (como soldado em Ceuta), vontade firme, tenacidade inquebrantável: tais seriam as suas qualidades do ser ⁽¹²³⁾. Atributos que, juntamente com a sua obra, o terão tornado um dos portugueses mais famosos e mesmo «o homem a quem Portugal deve a maior parte da sua grandeza e renome» ⁽¹²⁴⁾. Porque, como é óbvio, os descobrimentos contribuíram decisivamente para o «progresso da civilização» ⁽¹²⁵⁾. É o ponto essencial é que eles teriam ficado a dever-se principalmente à sua acção ⁽¹²⁶⁾. «Douto príncipe», «homem grande da verdadeira grandeza» o qualifica A. J. Viale, que não esquece também o culto das letras a que

se dedicara o Infante, traduzindo diversos autores latinos (127).

Até o exigente Cândido de Figueiredo, que valoriza sobretudo os grandes movimentos sociais, não deixa de consagrar a D. Henrique um «*lugar de honra*» na história dos descobrimentos, colocando-o à frente de uma longa relação de homens «*imortais e beneméritos*» (Gama, Cabral, etc.) (128).

Bem mais comedidos na apreciação da figura do Infante são Fortunato de Almieda e Eurico Seabra. Este último, embora reconheça que ele «*lançou as bases*» dos descobrimentos, não esconde a sua preferência pelo rei D. Duarte (219): D. Henrique não se teria comovido com a desgraça do malogrado irmão D. Fernando.

Em contrapartida, Paulo Mereia (130) e Damião Peres baseando-se em múltiplos trabalhos historiográficos (Henrique Major, João da Rocha, etc.) (131), contribuem para delinear uma outra imagem do Infante: valorizam sobretudo a novidade que encerram os empreendimentos henriquinos pela sua «*continuidade*» e «*feição científica*», pela «*curiosidade*» e afã em «*desvendar o desconhecido*», pelos novos conhecimentos que utilizou. Nesse sentido, ele teria sido um verdadeiro «*homem moderno*». Iniciando os descobrimentos, teria sido o coordenador das forças que levaram os portugueses a desenvolver a sua aptidão marítima (132).

Por outro lado, relativizam o sentido da lenda da «*escola de Sagres*» — a expressão só poderia aplicar-se ao facto de D. Henrique se ter rodeado de sábios estrangeiros e de ter passado largos períodos em Sagres ou na região — e reconhecem o carácter controverso da problemática dos seus objectivos. O que não os impede de escalonar no tempo esses objectivos do seguinte modo: 1) guerra contra os mouros no seguimento da conquista de Ceuta; 2) curiosidade científica; 3) alargamento da fé cristã a novas populações; 4) estabelecimento de relações comerciais com as novas regiões descobertas, em busca de novos recursos (133).

Outro aspecto em que insistem é na autonomia de que dispunha D. Henrique na empresa marítima e na administração das terras descobertas. Ao organizar os empreendimentos marítimos, ele é que teria tornado

«*o nome de Portugal universalmente conhecido e admirado*» (134).

Com Alfredo Pimenta, regressa-se, em parte, à antiga variante do mito henriquino (o Infante seria «*um espírito adestrado na matemática e na astronomia*», teria «*uma vontade de ferro*», uma «*inteligência esclarescida*»). Mas, relativamente às versões oitocentistas, acentua-se agora claramente a componente religiosa e mística que impele o Infante para o objectivo último da Índia, «*distante e misteriosa*». E é significativo que A. Pimenta dê uma ordem de prioridades aos seus fins bem diversa da que atrás referimos: 1) o objectivo fundamental seria a «*conquista para a Fé católica*» de outros povos e, só em segundo lugar, e como consequência dele, 2) a «*conquista política e a exploração económica*». Além disso, estes propósitos obedeceriam a um «*plano maduramente estudado, pensado, discutido*» (135). O Infante teria sido o «*alto animador de toda esta Empresa gigantesca*», chamando cartógrafos e navegadores, criando uma «*base naval*» em Lagos e um «*centro científico*» em Sagres. Pimenta desenvolve a imagem de um D. Henrique simultaneamente cientista, místico e homem de acção, movido por objectivos primordialmente religiosos e expansionistas (136).

Mas é A. Mattoso que sistematiza e aprofunda a ideia de que o Infante é a figura mais representativa da «*missão apostólica de Portugal*» no mundo. Já na conquista de Ceuta, em que se afirma a ideia de cruzada, D. Henrique teria desempenhado um papel preponderante. Mattoso torna bem mais complexo o plano do Infante. Três «*empresas gigantes*» estariam nos seus pensamentos, todas elas apontando no sentido de acrescentar «*a Santa Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo*»: a conquista territorial em Marrocos, o caminho marítimo para a Índia e o descobrimento das ilhas do Atlântico (137). E as múltiplas actividades a que se teria dedicado fazem dele um verdadeiro sábio dedicado à cosmografia, geografia, astronomia, matemática aplicada à navegação, cartografia, leitura de livros de viagens, etc. D. Henrique «*dá à ciência novos rumos pela observação directa da natureza, que havia de levar à concepção da gravitação universal*» (138). É o retrato de um cientista e mecenas, que ao mesmo tempo concebe o plano que leva Portugal a vencer

o Islão e ao «conhecimento de todos os caminhos do globo». E, evidentemente, não podia faltar a ideia da escola de navegação — embora se trate, neste caso, de uma «*escola prática*» em que D. Henrique transforma a sua própria corte.

Porém, o que há de mais paradoxal na composição desta imagem mítica é o considerar-se D. Henrique um «*modelo completo de cavaleiro medieval*», insisitindo por outro lado, na sua vertente de cientista, precursor das grandes descobertas da física e da cartografia modernas.

Todas as suas acções, da conquista de Ceuta aos descobrimentos no Atlântico, obedeceriam à superior ideia de cruzada contra o infiel, que entretanto ameaçava a Cristandade. O compêndio de A. Mattoso vai mais longe do que qualquer outro na caracterização desta personagem mítica. O Infante tinha em mente uma ideia de cruzada (*querer-fazer*), dispunha de amplos conhecimentos (cosmografia, geografia, astronomia, etc.) indispensáveis para levar a cabo o seu plano (*saber-ser e saber-fazer*) e cria os meios necessários para o concretizar, «*rodeia-se de astrónomos, cosmógrafos... dá instruções a marinheiros e exploradores (saber-fazer), transforma a sua corte numa escola prática de navegadores...*» (poder-fazer) (139).

Mais, D. Henrique era detentor de qualidades essenciais (valores) para levar a cabo o plano de cruzada, a missão apostólica de Portugal (fé, vontade perseverante, etc.) — embora Mattoso não desenvolva muito estes predicados do ser.

Entre as diversas variantes do mito do Infante, algo existe de comum: D. Henrique é o homem que tem um papel de grande relevo nos descobrimentos portugueses, é ele que planifica e lança as bases da expansão marítima. Não interessa aqui questionar a consistência desta tese que é aceite unanimemente (para além, como é óbvio, das profundas divergências que a partir daí se desenvolvem). Mas tão só vincar bem que Henrique, o Navegador, verdadeiro homem-tipo representativo da nacionalidade no momento decisivo em que se inicia a sua saga mundial, é talvez a personalidade da nossa galeria de heróis míticos em torno da qual mais se polarizam as aspirações de grandeza imperial, e também os tão repetidos propósitos univer-

salistas dos portugueses, modo eufemístico com que por vezes se exprimem concepções providencialistas da nossa história, afirmações de uma missão única, planetária, que se teria investido num pequeno país perdido nos confins da Europa.

Modelo ideal de um certo *querer-fazer* e de um fazer manipulador (*fazer-fazer*), D. Henrique viria a erigir-se, por excelência no paradigma heróico do Estado Novo, patrono da sua organização paramilitar de juventude, figura de proa da Exposição do Mundo Português, representada à frente de uma turba anónima (em que figuram também escritores e poetas como Camões), no Padrão dos Descobrimentos de Belém.

IV. CAMÕES

«*Camões é uma divindade portuguesa; a Divindade tutelar de nossa Pátria. Portugal tem vivido à sombra do épico imortal: é o único país cuja autonomia se tem firmado sobre o nome d'um poeta.*»

Teixeira de Pascoaes (140)

«*Príncipe dos poetas de toda a Espanha*» (141), ou, tão-só, «*príncipe dos poetas portugueses*» (142), «*o maior vulto literário do nosso país*» (143), «*um dos maiores poetas que tem tido a humanidade*» (144), «*autor da maior epopeia dos tempos modernos*» (145): assim se multiplicam os superlativos nos compêndios de História de Portugal, em que Camões é sempre o maior expoente literário (de Portugal, de Espanha, do Renascimento, etc.).

O que não deixa de ser surpreendente é a escassez de referências a Camões que encontramos nos manuais do Estado Novo. Apagam-se os inúmeros atributos que dele encontramos nos manuais do liberalismo, para tão-só se classificarem *Os Lusíadas* como «*poema glorificador de dilatação da "Fé e do Império"*», que «*levou a fama do nome português a todos os recantos do universo*» (146), ou se mencionar que Camões incitava D. Sebastião a combater o «*torpe ismaelita*» (147).

Também Alfredo Pimenta associa Camões ao «*ideal de reconquista africana*» que D. Sebastião encarnava. E nenhum monarca poderia ser insensível ao «*fogo imperialista*» d'*Os Lusíadas*. Mais, Pimenta cita alguns

versos da epopeia, em que, dirigindo-se ao jovem Rei, o poeta instigaria à guerra no Norte da África contra o «*torpe ismaelita*»:

«*Presságio temos e esperança clara
Que sereis braço forte e soberano
Contra o soberano gládio Mauritano*» (148)

Camões daria expressão a uma vontade generalizada em Portugal, no sentido de se vingar o mouro e recuperar os territórios marroquinos entretanto perdidos. Por outras palavras, quer para A. Mattoso, quer para A. Pimenta, *Os Lusíadas* funcionam sobretudo como mais um argumento de legitimação do heroísmo português na guerra santa contra os infiéis, e muito particularmente do heroísmo de D. Sebastião, feito de audácia e imprudência. A. Mattoso fala mesmo de uma unanimidade nacional no sentido de se renovar a política de conquista territorial no Norte de África (orientação que prevalecera no reinado de Afonso V), a que o vate teria dado expressão no célebre episódio do Velho do Restelo (149).

Tudo se subordina à necessidade de legitimar essa política e até a figura de Camões se apaga, fazendo-se ressaltar, tão-só, uma pretensa identificação entre o espírito d'*Os Lusíadas* e os propósitos de D. Sebastião. Dir-se-ia que nos manuais de História deste primeiro Estado Novo, o mito de Camões passa a segundo plano, subordinando-se totalmente ao mito sebástico.

É certo que em ambos os compêndios do Estado Novo se reproduzem retratos coevos do poeta. E na sua legenda, Mattoso inclui uma citação de Aubrey Bell em que este crítico valoriza largamente a figura do Épico (150).

Mas não se encontram quaisquer ecos do mito positivista e republicano do patrono cívico da Pátria, síntese do sentimento nacional, génio do povo, símbolo maior da Pátria e de todas as suas aspirações (151). Facto que nos parece extremamente significativo: no Estado Novo — e pelo menos nos seus primeiros tempos — Camões cedia um mítico e honroso primeiro lugar, como protótipo da Pátria, a outras figuras simbólicas que poderiam melhor adequar-se, tendo em conta as suas virtualidades, ao imaginário nacionalista do regime de Salazar (o Infante D. Henrique e Nuno Álvares). O que, evidentemente, não

significa que tenha sido esquecido: secundarizado mas não posto de lado. O Épico continuaria obviamente a ser considerado o poeta imortal que celebrou para sempre os feitos heróicos dos portugueses no mundo, cantando a epopeia da pátria. Nessa medida, a imagem de Camões corresponderia a uma espécie de patrono da empresa ultramarina (152), e continuaria a ocupar um lugar insubstituível nos programas de Português dos liceus. O seu nome, ligado ao diversas instituições, passaria a associar-se à Raça, no célebre e celebrado 10 de Junho. Mas é por demais evidente que o regime preferia outros heróis, como modelos a apresentar à juventude. Os patronos da Mocidade Portuguesa (Nuno Álvares e o Infante D. Henrique), mais conotados com a expansão da fé e com um certo espírito místico, sobrepunham-se ao Épico, que muito embora tivesse legado uma obra a diversos títulos insuperável — quanto mais não fosse como «*evangelho do patriotismo*», para utilizarmos a célebre expressão metafórica do Visconde de Juromenha (153) — embora tivesse tido, ele próprio, uma vida aventurosa e de guerreiro, não estaria contudo isento de mácula na sua juventude (a tão propagada vida boémia e as muitas paixões que teria vivido): o filme de Leitão de Barros (1946) (154) é bem expressivo deste retrato mítico do poeta. Não que a mácula não pudesse ter sido «redimida» com as suas actividades guerreira e literária — a publicação d'*Os Lusíadas* seria a sua prova glorificante — mas outros heróis de acção e ideal prestar-se-iam mais eficazmente à exacerbada mitificação do regime.

Ao invés do herói que apenas teria exaltado os feitos gloriosos dos portugueses e que daria expressão a uma unânime vontade colectiva de conquistar terras em Marrocos, o Camões dos republicanos positivistas simboliza não só as glórias portuguesas mas também os seus desaires. É o Camões que «*morre com a pátria*» em 1580. Alguns autores fazem mesmo questão em afirmar que, nos seus últimos anos, o poeta teria vivido na pobreza, recebendo «*a mísera tença de dois vinténs por dia*» (155).

Para Teófilo Braga — neste ponto nos antípodas da variante do Estado Novo — *Os Lusíadas* teriam immortalizado a época em que Portugal iniciou as actividades comer-

ciais e a «*actividade pacífica da indústria*», em que as «*civilizações militares*» mediterrânicas teriam sido substituídas pelas «*civilizações industriais*», voltadas para o Atlântico. Ora, para o dirigente dos positivistas portugueses, Camões terá universalizado esta missão de Portugal: a de abrir caminho à actividade industrial e de «*luta pacífica*»⁽¹⁵⁶⁾. Camões «*é o poeta da Europa moderna, da Europa cosmopolita, pacífica e científica que começa no séc. XVI*»⁽¹⁵⁷⁾. É aliás no contexto da «*síntese afectiva*» (moral e estética) que Teófilo integra Camões no quadro da sua Teoria dos Grandes Homens. De acordo com esta teoria, os grandes homens que fundaram a síntese afectiva foram os que fizeram prevalecer os valores religiosos e espirituais sobre o arbítrio do poder temporal⁽¹⁵⁸⁾.

Outra componente essencial da variante positivista-republicana do mito camoniano é a associação entre o herói e a consciência de autonomia nacional do seu povo. Teófilo diz mesmo que, sempre que a liberdade foi ameaçada (já no séc. XIX), Camões e *Os Lusíadas* representaram «*o paládio em volta do qual se congregaram todas as energias da independência*» (por exemplo, de 1817 a 1820 e em 1824)⁽¹⁵⁹⁾. Era o Camões republicanizado, o patrono cívico da Pátria que a imortalizou (e se imortalizou a si próprio) em todo o mundo e em todos os tempos e que, aliás, tem muito de herói romântico. É o poeta-aventureiro que depois de muitas atribulações pelo Oriente, depois de viver muitos desgostos e sofrimentos, dominado pela saudade, regressa à pátria, mas, agora, para «*assistir ao desmoronamento e à última agonia do império português*». É o poeta, que, à beira da morte, na miséria, incompreendido e só, teria escrito a um amigo: «*Ao menos morro com a pátria!*»⁽¹⁶⁰⁾.

A maior parte dos livros escolares que percorremos dão-nos, no essencial, este mito romântico do herói-poeta, cuja vida, feita de provações e desventuras, constitui, de certo modo, a parábola do destino de um povo e uma Pátria próximos da derrocada. Ainda assim, como diz o Visconde de Juromenha, o poeta «*desceu à sepultura com os pulsos não descarnados pelos grilhões do cativo; desceu homem livre*»⁽¹⁶¹⁾.

Pobre, isolado, amargurado com a desgraça de sua Pátria — mas livre — assim teria

morrido o Épico, de acordo com este retrato em tons sombrios e fatalistas, tão ao gosto romântico. Como estamos ainda longe do Camões porta-voz de uma colectividade que seria unânime na defesa do projecto de reconquista de terras em Marrocos, do Camões que incita o próprio Rei a combater o infiel!

Mas o Camões romântico, paradigma do heroísmo português durante o século passado, prolongar-se-á ainda largamente pelo séc. XX. «*Estátua épica da Raça, contando genialmente e combatendo com heroísmo*»⁽¹⁶²⁾, assim o vê o historiador-poeta: Camões na sua ambivalência (poeta e guerreiro), um dos maiores expoentes do «*Espírito da Raça*», para sempre presente na memória colectiva, qual «*estátua épica*». É o Camões que condensa em si «*os caracteres e as aspirações de todo um povo*», o «*génio da pátria*» que a imortaliza para a eternidade, na sua epopeia nacional. É o poeta do renascimento que produz «*uma obra eminentemente humana*»⁽¹⁶³⁾.

De símbolo dos liberais exilados, àquando das lutas pela instauração do regime constitucional (Garrett, Domingos Sequeira, Bomtempo, etc.), a patrono cívico da regeneração nacional (o Camões do tricentenário de 1880), de paládio da independência da Pátria do republicanismo positivista a inspirador do heroísmo sebástico (que conduziria ao traumatismo de Alcácer Quibir e à monarquia dual em 1580), não deixa de ser surpreendente como o mito de Camões assume tão diversas variantes e tão antagónicos propósitos ideológicos e políticos.

V. D. JOAO III

«... apenas a sombra da velhice, o cansaço depois da grande obra, e as consequências dela.»

Oliveira Martins⁽¹⁶⁴⁾

D. João III é seguramente uma das figuras mais polémicas da nossa história, desde o século passado. Herói da historiografia tradicionalista e anti-herói dos historiadores liberais de formação positivista, ou socialista, face às duas variantes do mito, tão radicalmente diversas, dir-se-ia que estamos perante

duas personalidades distintas e opostas no seu carácter.

De um lado, a posição de Herculano e de outros historiadores liberais (Rebello da Silva, D. António da Costa ⁽¹⁶⁵⁾, etc.) deixaria fortes marcas na historiografia posterior e inclusivamente nos livros escolares. «*Fanático, ruim de condição e inepto*», são alguns dos atributos do ser com que o autor da *História de Portugal* qualifica D. João III ⁽¹⁶⁶⁾. Antero retoma este retrato, reforçando ainda mais as características negativas da monarquia absoluta e dos seus representantes máximos (João III, Filipe II, Filipe III, João V, etc.). Martins, admitindo a inépcia e o fanatismo de D. João III, reconhece todavia a sinceridade da sua crença e a grandeza de sua exaltação religiosa: pode detectar-se na *História da Civilização Ibérica* uma primeira distância relativamente à posição de Herculano, que julgava a personagem do Rei-Piedoso sem ter em conta as características da época e da sociedade em que se inseria ⁽¹⁶⁷⁾. No entanto, o retrato traçado por Herculano irá prevalecer até bastante tarde no discurso pedagógico dos livros escolares. É a primeira variante do mito que passamos a caracterizar brevemente.

1) De acordo com este retrato, temos um monarca extremamente fanático, pouco inteligente, pouco letrado e, do ponto de vista da sua administração, inábil e nefasto para o país ⁽¹⁶⁸⁾. Responsabiliza-se D. João III pela introdução de duas instituições às quais era em grande parte atribuída a decadência do país: a Inquisição e a Companhia de Jesus. Eurico Seabra afirma mesmo que o rei «*introduziu em Portugal as causas de nossa mais completa ruína*». Para Seabra, a Companhia de Jesus — que considera aliás o mais poderoso factor da decadência — terá transformado a juventude «*numa geração de criaturas beatas e fanatizadas*», enquanto com a repressão inquisitorial se instalou a desconfiança, a reserva e uma série de efeitos nefastos nas ciências e nas letras ⁽¹⁶⁹⁾. Pinheiro Chagas chega a propor que o cognome do monarca seja o «*Fanático*» (e não o Piedoso), atendendo àquelas medidas por ele adoptadas ⁽¹⁷⁰⁾. Outros aspectos do «*mau tino político*» do monarca seriam a preocupação exclusiva em reforçar a sua autoridade e a secundarização das cortes.

Não obstante estes aspectos tidos como muito negativos na política do D. João III, não deixa de se reconhecer que protegeu as letras e ciências (reforma da Universidade, contratação de professores estrangeiros) e adoptou importantes resoluções para a colonização e administração do Brasil.

2) Outra versão bem mais positiva da acção política de D. João III se insinua nos livros escolares desde A. J. Viale (1895), prolongando-se alguns decénios depois com Fortunato de Almeida (1919) e, em parte, com Paulo Mereia e Damião Peres (1920). De uma maneira geral, valoriza-se bastante a sua política cultural: «*deu activíssimo impulso ao estudo das letras...*» ⁽¹⁷¹⁾; «*D. João III (...) mostrou sempre boa inclinação para as letras*» ⁽¹⁷²⁾, e até os seus «*talentos governativos e diplomáticos*» ⁽¹⁷³⁾.

A. J. Viale insiste na «*grande prosperidade*» e «*glória*» com que reinou o monarca e no valor da língua e da literatura portuguesas, que então se encontrariam no seu apogeu ⁽¹⁷⁴⁾, e Fortunato de Almeida opõe-se com veemência à «*lenda*» da sua «*fraqueza intelectual*» ⁽¹⁷⁵⁾.

No que respeita à Inquisição e à Companhia de Jesus, adopta-se uma atitude de crítica mais moderada, considerando-se não apenas aspectos negativos nos efeitos da sua actividade, mas também aspectos positivos: a não penetração da heresia albigense na península ⁽¹⁷⁶⁾, a tranquilidade interna dos reinos peninsulares, relativamente a outros reinos da Europa em que se desenvolviam os conflitos religiosos ⁽¹⁷⁷⁾, os serviços que os jesuítas prestaram no ensino, na investigação, na propagação da fé e da civilização ⁽¹⁷⁸⁾.

Todavia, estes últimos autores acabam por construir um juízo predominantemente negativo acerca destas instituições introduzidas por D. João III. Mesmo o insuspeito Fortunato de Almeida justifica as dificuldades que o rei português teve em obter a concessão da Santa Sé para a instalação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal com «*os muitos abusos*» que se tinham cometido em Espanha na perseguição e espoliação dos judeus, «*sob pretextos religiosos*» ⁽¹⁷⁹⁾.

3) De acordo com a variante do Estado Novo, emerge um dos maiores monarcas da *História de Portugal*, que retoma o «*fio perdido*», o carácter missionário cristão da obra

dos portugueses ⁽¹⁸⁰⁾. «*Político de largas vistas e magníficas concepções*», «*eminente e arguto político, previdente e constantemente atento aos problemas do Estado*», «*rei colonizador por excelência*» ⁽¹⁸¹⁾, todas as suas decisões políticas (*fazer-fazer*), todos os enunciados que se lhe referem e envolvem um fazer operatório, um fazer manipulador, em suma todos os enunciados de *fazer* obedecem a um tom laudatório, da fundação de colégios para a Companhia de Jesus — considerada por Pimenta um «*instrumento magnífico*» do próprio Rei ⁽¹⁸²⁾ — à «benevolência» da «expurgação» inquisitorial — justificada através de uma generalização um tanto simplista (todos os regimes políticos tomam «*medidas preventivas*» contra as ideologias que se lhes opõem). Além disso, adianta A. Pimenta, ninguém terá ainda demonstrado que a «Inteligência» só se desenvolve quando no ataque aos fundamentos do catolicismo e da Igreja. E nenhum autor se poderia ter queixado «*com razão*» de que a censura tivesse «*atentado contra a verdadeira e legítima liberdade de expressão*» ⁽¹⁸³⁾. Por outras palavras, para A. Pimenta, a «*verdadeira e legítima liberdade de expressão*» é aquela que não põe em causa o catolicismo e as ideias favoráveis ao regime instalado. É, aliás, extremamente significativa a utilização de um outro argumento a favor da censura imposta pela Inquisição portuguesa: a censura é uma prática corrente e sistemática dos estados autoritários do presente (anos 30), «*como defesa da sua organização e das suas ideologias*» ⁽¹⁸⁴⁾.

Eventuais abusos, violências, injustiças, terão ficado muito aquém dos «*altíssimos serviços*» que a Inquisição trouxe à «*civilização portuguesa, à pureza do nosso sangue e da nossa fé, e à ordem pública*» ⁽¹⁸⁵⁾. Sem a Inquisição, «*o perigo judaico*» teria arruinado o país, visto que a população seria levada a revoltar-se tumultuosamente contra os judeus.

Anti-semitismo manifesto, defesa de um «*interesse nacional*» acima de todas as particularidades e contingências, argumentação assente em juízos de carácter geral, marcadamente ideológicos e parciais (porque baseados em certos factos do presente, pretensamente universais), denegações demasiado óbvias — «*D. João III não foi um grande génio científico ou especulativo: mas foi um*

eminente e arguto político...» ⁽¹⁸⁶⁾ — tais são alguns dos processos pelos quais se estrutura esta imagem mítica de um grande estadista que teria retomado a vocação universal dos portugueses.

António Mattoso irá desenvolvê-la em diversos sentidos. O inventário dos inúmeros predicados do sujeito, nas duas formas elementares de enunciados — de estado e de fazer — permitiu-nos adquirir uma perspectiva de conjunto sobre o perfil de D. João III, tal como este autor o representa ⁽¹⁸⁷⁾. Ora, esse inventário exaustivo (que dada a sua extensão não nos é possível reproduzir nestas páginas) sugere-nos as seguintes observações:

a) Os múltiplos atributos do ser (tenacidade inquebrantável, profunda religiosidade, grande austeridade, etc.), de um modo geral, modalizam o seu fazer — «*escrupuloso ao máximo, punha na sua conduta um zelo infatigável e examinava com severo cuidado as questões administrativas*» ⁽¹⁸⁸⁾ — ou seja, trata-se de predicados de acção, ou que impelem para a acção.

b) Mais numerosos são os enunciados do *fazer*, mas de um *fazer* que quase sempre irá dar origem a outro *fazer* ou irá modalizá-lo «*manda comprar armaduras na Flandres*»; «*toma medidas internacionais de administração do império e de colonização*», etc. ⁽¹⁸⁹⁾; Fazer-pragmático, *fazer-fazer*, fazer manipulador (*faire-actif*) — «*resolve a questão dos cristãos-novos mediante a criação do Tribunal do Santo Ofício*» ⁽¹⁹⁰⁾. Mais curioso ainda, é um enunciado de fazer-operatório (*fazer-ser*), que poderá levar o leitor desprevenido a pensar que a acção de D. João III foi condição *sine qua non* do «apogeu» cultural e literário da sua época: «*consegue que a cultura do tempo se eleve a um nível nunca alcançado em Portugal, com nomes como Camões, João de Barros, António Ferreira...*» ⁽¹⁹¹⁾.

c) Outros enunciados modais remetem para um *querer* e um *saber* que funcionam como condições prévias dos inúmeros predicados de *fazer*, ou de um *querer-fazer* exacerbado: «*queria moralizar a vida portuguesa, a corte e os costumes na metrópole e no Oriente*» ⁽¹⁹²⁾. Ou ainda de um *saber-ser*, indispensável à execução, à performance: «*conhecia perfeitamente as responsabilidades do seu cargo*» ⁽¹⁹³⁾.

Em resumo, poder-se-á dizer que pouco existe de comum entre o D. João III do Estado Novo — o grande estadista do período áureo das glórias portuguesas, o homem de acção, determinado e tenaz, o mecenas da cultura quinhentista, enfim o homem do momento, *the right man on the right place* — e o D. João III da historiografia liberal — associado à decadência, à corrupção de costumes no Império e na própria metrópole, considerado, até, um agente maior desse mesmo declínio, e, por conseguinte, da desordem.

Entre o herói-estadista que pela sua política teria criado as condições para que se praticassem inúmeros actos de heroísmo (nas letras, nas ciências, nas armas, etc.) e o anti-herói que introduziu no país as duas grandes instituições-agentes da decadência, pouco resta para que se possa construir uma narrativa canónica (um modelo que inclua as continuidades, as permanências): de tal modo as variantes do mito são opostas, que entre elas pouco existe em comum (talvez apenas o reconhecimento da importância da política ultramarina relativa ao Brasil, embora nem mesmo aqui a unanimidade seja total — para Damião Peres e Cardoso Júnior, o empenhamento no Brasil teria apressado a decadência do Império Oriental⁽¹⁹⁴⁾). Para empregarmos uma noção de Gilbert Durand, estamos, a partir dos anos 30, perante uma verdadeira deformação (heresia) do mito. O que se compreende facilmente, tendo em conta que nele estão envolvidos dois pontos nevrálgicos da política religiosa: a introdução no país da Inquisição (extinta pelos liberais em 1820) e da Companhia de Jesus.

VI. D. SEBASTIÃO

*«Meu pobre herói vencido
Da sua alma! (...)»*

Afonso Duarte (195)

Desde os anos 90, o mito de D. Sebastião está no cerne da problemática de (re)definição dos heróis nacionais. Da *História de Portugal* de Oliveira Martins à *Mensagem* de Fernando Pessoa, muitos são os poetas, romancistas e historiadores que valorizam a

figura do Desejado⁽¹⁹⁶⁾. São múltiplas e contraditórias variantes do mito, prolongando-se aliás pela mitologia sebastianista, que aqui não podemos ter em conta.

Para Oliveira Martins, que não esconde o seu fascínio poético pelo rei-cavaleiro, D. Sebastião é *«audaz e temerário como D. Henrique, mas menos afortunado»*⁽¹⁹⁷⁾, um *«Nun'Alvares póstumo»*, reverso do heroísmo positivo do Condestável, por excelência representativo das virtudes do povo português. *«Solução da agonia heróica abafado pelo mito em que Portugal talhou o seu lençol mortuário»*⁽¹⁹⁸⁾, D. Sebastião é um continuador do mártir Infante Santo na sua desventura. Como afirma Jaime Cortesão, o seu único grande feito teria sido o de honrar a divisa de Petrarca, *«Un bel morir tuta la vita honora»*⁽¹⁹⁹⁾. É o herói que leva o culto do risco às suas últimas consequências — o *«naufrágio total da nossa história»*, escreveu em termos patéticos Oliveira Martins⁽²⁰⁰⁾ — duma espécie de heroísmo sem objecto real, cujo ideal parece estar, em última análise, num certo modo de morrer, no limite das possibilidades humanas. Diz A. J. Viale que D. Sebastião não só não temia os perigos como *«de indústria» os ia procurar*⁽²⁰¹⁾. Vários autores se comprazem em referir que, no calor da refrega de Alcácer Quibir, ante o desastre iminente, alguém teria lamentado ao rei: *«Só nos resta morrer!»*. Ao que o jovem monarca responderia: *«Morrer sim!... morrer mas devagar!»*⁽²⁰²⁾.

Assim teria morrido o *«último Rei-herói»*, para dar lugar a um poderoso mito, uma *«religião nacional»* feita de lealdade e tradição épica de todo um povo, de saudade e da sua aura de mistério, da crença no Encoberto e no advento do Quinto Império⁽²⁰³⁾.

Pelo seu carácter, pela ânsia de combater os mouros, de repetir os feitos heróicos dos seus antepassados numa outra época, D. Sebastião seria considerado louco por alguns autores (entre muitos outros qualificativos), caso de António Sérgio, na sua polémica com Malheiro Dias⁽²⁰⁴⁾, que gira precisamente em torno da figura de D. Sebastião. Ao que Pessoa responderia:

*«Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia
Cadáver adiado que procria?»*⁽²⁰⁵⁾

E ainda Pessoa:

«Que importa o areal e a desventura
Se com Deus me guardei?
É O que eu me sonhei que eterno dura
É Esse que regressarei» (206)

Por outras palavras, acima de tudo, o que fica do Desejado é um exacerbado ideal místico do eu, um exemplo para a posteridade. Para o messianismo sebastianista não importa que a morte tenha vindo surpreendendo-lo nos areais de Alcácer Quibir, que a arriscada empresa tenha tido um desfecho trágico e fatal. Ou melhor, só importa na medida em que é ela que permite a transfiguração do ideal em sonho colectivo, em legenda nacional, na qual irão radicar as aspirações, os anseios, as pulsões de um povo.

Como diz Cortesão, «a imaginação do povo ferida pela desventura do herói e pela desgraça da nação fez dum rei impulsivo, violento, caprichoso e possesso duma ambição alucinada (...) o herói perfeito, o guia, o amparo, a custódia das virtudes e dos destinos da Pátria» (207).

Revestem-se de um especial interesse as transformações que se vão operar no mito heróico de D. Sebastião, tal como se exprime no discurso pedagógico oficial.

Podemos reduzi-lo, como aliás já procedemos noutros casos, a duas grandes variantes: a dos livros escolares de tradição liberal e a do Estado Novo. De acordo com a primeira variante, D. Sebastião foi uma espécie de «monge militar» de imaginação exaltada, «piedade e ardor cavaleiroso» excessivos e «índole pouco dócil e fogosa» (208). O seu preceptor jesuíta teria contribuído para desenvolver nele o ascetismo e a tendência para o «fanatismo religioso». Por outro lado os fidalgos que o rodeavam terão atizado ainda mais o seu «fervor militar» e a ânsia de adquirir fama. Outros compêndios salientam a inexperiência que o levou a cometer diversos erros aquando da jornada africana (209), a sua imprudência (210), fanatismo (211), vaidade, cegueira e desvairamento (212). Eurico Seabra explica mesmo os desacertos e «desatinos» do seu reinado pelo domínio que os jesuítas exerciam sobre o jovem rei, «dando-lhe o feitio

fanático que tão estranhamente o distinguiu» (213).

Em contrapartida, em todos os manuais se reconhece a sua coragem temerária e ambição. A. J. Viale vai ao ponto de considerar o seu «engenho mui vivo» e os seus «brios» e «valor» «em nada inferiores aos dos maiores heróis da antiguidade e dos tempos modernos» (214). Mas quanto à política interna de D. Sebastião, os pontos de vista dividem-se: enquanto A. J. Viale elogia as suas medidas políticas (promulgação dos regimentos das lezírias e pauis; criação da nova diocese de Évora, execução dos decretos do Concílio de Trento), considerando-as acertadas, E. Seabra lamenta a subordinação da administração pública ao poder do clero (215). Paulo Mereia e Damião Peres, por seu lado, afirmam que na preparação da empresa africana, o rei «esgotou os tesouros das colónias e da metrópole... tentando transformar o país num visto acampamento militar», mas conseguiu, tão-só, um exército heterogéneo e sem comandantes experientes (216).

A vários títulos elucidativo é o modo diverso como é relatado o destino de D. Sebastião em Alcácer Quibir. Enquanto A. J. Viale afirma que o seu cadáver foi reconhecido três dias depois da batalha por alguns fidalgos portugueses, «retalhado de feridas e em meio estado de putrefacção» (217) sendo enviado para Lisboa pelo rei de Marrocos só quatro anos depois, Mascarenhas nega a possibilidade de que esse cadáver pudesse ter sido reconhecido, «tão desfigurado estava» (218). Outros autores limitam-se a afirmar que, envolvendo-se nos combates, D. Sebastião nunca mais foi visto (219), ou que sucumbiu «de um modo misterioso», deixando «pairar a incerteza sobre o seu destino» (220). Mesmo A. Pimenta se abstém de emitir qualquer parecer sobre o destino de D. Sebastião, distanciando-se da lenda do Encoberto e dos «devaneios» que o seu propósito se teceram.

Nenhum manual dá, pois, expressão ao sebastianismo, que é remetido para o campo do lendário (221). A reinvenção do mito heróico de D. Sebastião, em que se empenharam sobretudo os integralistas (Malheiro Dias, António Sardinha, etc.) podia prescindir, no domínio do discurso didáctico, da mitologia sebastianista. Vejamos então a variante do

mito veiculada pelos manuais do Estado Novo.

Ao invés da historiografia de tradição liberal, que lamenta no rei-cavaleiro a sua temerária imprudência, a atracção pelo risco (entre outros defeitos), Alfredo Pimenta louva nele precisamente a audácia e a imprudência, condições do heroísmo. «*Imprudentíssimo*» teria sido Nuno Álvares nas batalhas que travou, bem como Afonso Henriques e tantos outros heróis: «*Sem imprudência, o mundo não teria Heróis, nem Santos, nem Mártires, nem invenções geniais*» (222). D. Sebastião simbolizou os anseios gerais do povo português, aguerrido e cristão. Alcácer Quibir foi o «*sonho legítimo*» de um soldado.

A. Mattoso detém-se longamente no retrato psicológico do Desejado, qualificando de bem portuguesas as suas qualidades: «*feito destemido*», «*génio combativo*», «*braço vigoroso*», «*desprezo pelos perigos*», «*cavaleiro sem mácula, duma pureza imaculada*», etc. (223). Na narrativa que apresenta de Alcácer Quibir, há pontos que importa destacar. Em primeiro lugar, a referência a uma «*mal-dita voz*» que os portugueses teriam ouvido a meio da batalha («*ter! ter!*») — símbolo premonitório de um destino aziago — e que os terá levado a deter o ímpeto contra os mouros. Em segundo lugar, a inclusão de certos pormenores realistas, que surpreendem pelo pormenor:

«*A sua espada fulgurante (de D. Sebastião), tinta de sangue, semeava o pânico em sua volta. Tomara duas bandeiras aos mouros. Cansara vários cavalos.*» (224)

Em terceiro lugar, as referências à «*fúria celeste*» e ao «*esforço sobrehumano*» que animavam o rei-cavaleiro e remetem o herói para um plano transcendente. Interessante seria confrontar esta versão da batalha com várias outras, como a de Manuel Bento de Sousa (225). Nesta última, a imagem de D. Sebastião é claramente a do anti-herói, incapaz de liderar o ataque do seu exército e tão-só com propensão para um heroísmo individual (226). No «*infausto dia*» do combate, em estado de viva ansiedade, D. Sebastião teria, contudo, dado instruções no sentido de que ninguém atacasse sem ordens suas. No entanto, o rei-cavaleiro nunca assumiu a voz

de comando, nunca deu qualquer sinal de que era o chefe e, no meio da confusão, a única saída teria sido o ataque indiscriminado. Os Portugueses ainda não tinham avançado e a batalha já estava perdida. A derrota ter-se-ia ficado a dever ao comportamento contraditório do monarca, inicialmente movido pela pressa de combater e depois incapaz de assumir a liderança no ataque.

Em suma, mais uma vez, temos de um lado o D. Sebastião da tradição liberal, o jovem cavaleiro, corajoso até à temeridade, mas que, vítima de uma educação jesuítica a acentuar-lhe os defeitos (fanatismo, ardor guerreiro excessivo), enveredou pelo caminho do risco, da derrota, do abismo. Por outro lado, o «*cavaleiro de Deus*» superiormente inspirado, que concebe o seu projecto muito para além da razão e da prudência humanas, o modelo de «*imaculada fé*», de «*patriotismo ardente*», que refere Malheiro Dias (227). É o cavaleiro medieval messiânico, que encarna uma aspiração unânime da Nação, herói que nunca chega a realizar, que nunca atinge o objecto real da sua procura.

VII. O MARQUÊS DE POMBAL

«... Pombal determinou a dissolução do regimen católico-feudal que estava atrofiando a nação portuguesa.»

Teófilo Braga (228)

É nestes termos que o principal teórico do positivismo português resume os efeitos da acção do ministro de D. José. As suas considerações sobre Pombal condensam, no essencial, a atitude que a historiografia liberal adopta: Teófilo valoriza sobretudo a expulsão dos jesuítas, a secularização da instrução pública, a abolição da escravatura, as medidas no sentido do desenvolvimento das manufacturas e do comércio (contra a «*absorção*» inglesa), a criação do Erário Régio. Reprova os meios que frequentemente Pombal adoptou para levar a cabo tais reformas, que o tornaram frequentemente «*repugnante*» e «*criminoso*». Mas, remata Teófilo, «*esta face odiosa precisa ser encoberta pelo efeito das*

reformas fundamentais que executou»⁽²²⁹⁾.

Vários compêndios de História de Portugal seguem a posição de Teófilo e silenciam os aspectos mais negativos do ministro de D. José. Outros, como veremos, não esquecem certas atrocidades e baseiam-se mesmo nas mais cruéis atitudes do marquês para construir uma imagem negativa da sua figura.

Compreende-se a veneração que os liberais, e em especial os republicanos, tinham para com Pombal. Consideravam-no um precursor da revolução liberal e o maior estadista que Portugal teve em toda a sua história⁽²³⁰⁾.

Pombal é o homem que expulsa os jesuítas — considerados um dos maiores obstáculos à regeneração e progresso do país, pela influência que exerciam sobre as consciências através do ensino — reprime certos sectores da nobreza e, sobretudo, promulga uma reforma educativa, o que, como é óbvio, não podia deixar de agradar à historiografia liberal.

Sebastião José é visto como um homem de «*assombrosa energia*», «*génio organizador*»⁽²³¹⁾, «*nome dos mais ilustres na história portuguesa e na história da Europa moderna*», «*benemérito estadista*»⁽²³²⁾, «*homem reformador, activo e desapegado dos jesuítas*»⁽²³³⁾, «*personagem mais notável de toda a nossa história política*», «*génio indomável e poderosíssima inteligência*»⁽²³⁴⁾.

No entanto, como referimos, em alguns destes compêndios reconhecem-se certos aspectos negativos no seu carácter e acção. Por exemplo, A. J. Viale é de opinião que nem os mais zelosos panegiristas de Pombal poderão abster-se de o censurar pelo seu «*carácter despótico, violento e algumas vezes até cruel*». O antigo preceptor de D. Pedro V acusa-o de ter nutrido contra os jesuítas «*um ódio entranhável*» e de querer «*dominar exclusivamente o ânimo*» do rei⁽²³⁵⁾. Aliás, a única acção que teria resultado exclusivamente da

vontade de D. José foi a escolha de Pombal para seu ministro⁽²³⁶⁾, tese que não abona muito em favor do monarca. Arsénio Mascarenhas qualifica-o de «*inexorável ministro*», a propósito da execução de alguns nobres e plebeus «*com as mais atrozes torturas*»⁽²³⁷⁾ e refere a sua falta de clemência⁽²³⁸⁾. Acaba, todavia, por desculpar estes defeitos do marquês com a situação em que ele se encontrava em relação à sua época e ao estado do país, e com a sua «*extraordinária energia e inflexibilidade*». O «*carácter despótico*» de Pombal é relativamente secundarizado ante o valor de sua obra reformadora. Pinheiro Chagas critica a «*severidade excessiva*» com que Sebastião José punia aqueles que lhe resistiam, e considera o seu despotismo implacável uma fatal consequência da sua energia⁽²³⁹⁾.

Tais observações críticas são, no entanto, remetidas para um segundo plano, ante o fascínio que estes autores alimentam pela figura e pela obra reformadora do marquês. Na época pombalina, e como resultado da actividade de Sebastião José, Portugal teria deixado de ser o país retardatário e decadente da periferia do continente europeu, para recuperar uma notável prosperidade económica e retomar uma posição de dianteira na «*Europa civilizada*»⁽²⁴⁰⁾.

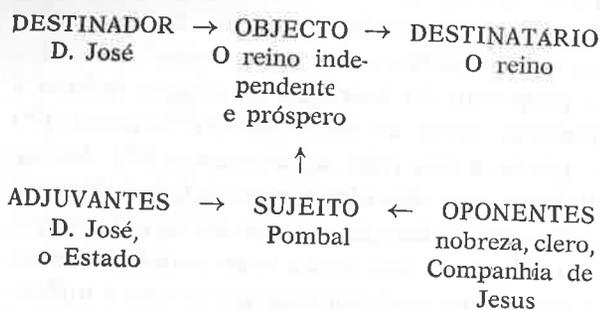
Damião Peres (em colaboração com Paulo Mereia ou, noutro compêndio, com Cardoso Júnior) não considera mesmo quaisquer aspectos negativos na acção de Pombal. Antes valoriza extremamente o vasto programa de reformas adoptado no quadro do seu «*despotismo inteligente*», ainda que a sociedade portuguesa não estivesse em condições de as fazer frutificar⁽²⁴¹⁾.

Tal como procedemos com o mito de Nuno Álvares, podemos reduzir esta visão liberal de Pombal aos modelos funcional e actancial de Greimas (baseamo-nos na narrativa de E. Seabra⁽²⁴²⁾).

MODELO FUNCIONAL:

SITUAÇÃO INICIAL	PROVA QUALIFICANTE	PROVA PRINCIPAL	PROVA GLORIFICANTE	SITUAÇÃO FINAL
decadência, abatimento	reconstrução de Lisboa	repressão dos nobres e expulsão da Companhia de Jesus	reforma da instrução	independência e prosperidade do reino

MODELO ACTANCIAL:



Com Fortunato de Almeida começa a estruturar-se no discurso pedagógico uma nova variante do mito de Pombal. O marquês é qualificado agora de «*sempre intolerante e cruel*» e toda a sua acção política é caracterizada de despótica. E se se admitem os «*grandes serviços*» que ele prestou no sentido de debelar os estragos causados pelo terramoto de 1755 e a utilidade de algumas reformas no domínio da administração pública, a desvalorização da figura de Pombal não deixa, contudo, de ser o tom dominante. Em notas de rodapé apreciam-se em termos muito negativos as suas atitudes para com a nobreza e os jesuítas (põem-se mesmo em dúvida os fundamentos da sentença que levou ao patíbulo os nobres acusados pelo atentado a D. José e a possibilidade de envolvimento dos jesuítas). Por outro lado, a política económica de Pombal é criticada por privilegiar excessivamente as companhias monopolistas e prejudicar a iniciativa privada. Contesta-se ainda a ideia de que no final do seu governo a situação do Tesouro Público fosse desafogada.

Também a figura de D. José não é poupada por Fortunato de Almeida: o «*Reformador*» não teria sido capaz de grandes iniciativas e, paradoxalmente, só revelou energia ao não retirar a Pombal os poderes que lhe concedera (243).

Alfredo Pimenta irá acentuar fortemente os traços negativos desta imagem de Pombal. Mas o que é curioso no compêndio de Pimenta é o modo como vai desenvolver a sua argumentação. Começa por constatar que o perfil de Pombal foi de tal modo deformado que se impôs à opinião pública muito mais uma figura de «*lenda e romance*» do que «*de história e realidade*». Para o autor, Pom-

bal não teria sido, nem um «*monstro*», nem «*o estadista de génio que uma opinião irresponsável apregoa*» (244). Colocando-se, à partida, num terreno historiográfico aparentemente «*neutro*», Pimenta deixa no entanto cair rapidamente essa pretensa imparcialidade para tecer um retrato extremamente negativo do marquês.

Em primeiro lugar, as reformas de Pombal não lhe «*pertencem*», no sentido de que ele se terá inspirado em teóricos como D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, António Verney (245), etc. Sem ser um criador, o marquês apenas teria sido capaz de aproveitar as ideias dos outros, em voga na sua época. Em segundo lugar, não actuou com o objectivo de conseguir o bem da sociedade portuguesa (nesse caso tê-la-ia previamente «*conquistado*»). Pelo contrário, apareceu desde o início como um «*adversário*» dessa mesma sociedade e sustentado pelo rei. Para Pombal, não teria existido a entidade Nação, mas tão-só a realeza. Daí o seu ódio e desprezo pelo povo. Em terceiro lugar, desde o terramoto de 1755 à criação da Real Mesa Censória, o objectivo último de toda a sua acção teria sido a perseguição aos jesuítas (também aqui não teria feito mais do que seguir a corrente da época, manifesta noutros países da Europa). Como resultado da sua política, aquando da morte de D. José, a situação do país seria «*sob todos os pontos de vista miserável*» (246). Numa perspectiva psicológica, o marquês é qualificado de «*cruel*» — segundo palavras atribuídas a D. João V, tinha «*cabelos no coração*», curiosa metáfora que A. Pimenta adopta — de «*vontade rija*», «*ambições desempenadas*» e «*pulso de ferro*» (247).

Com Alfredo Pimenta, estamos perante o retrato de um agente não consciente da doutrina que acabou por servir a Revolução, um anti-herói desnacionalizador, para quem a nação pura e simplesmente não existia, e cuja acção reformadora constitui um «*cataclismo*» comparável ao do terramoto de 1755. É o reverso da imagem liberal-republicana do maior estadista português que, ao invés da versão de Fortunato de Almeida, não implica a desvalorização da figura de D. José: neste caso, as medidas de reconstrução de Lisboa são atribuídas ao monarca e não ao seu ministro.

No *Compêndio* de A. Mattoso sistematizam-se exaustivamente as características negativas do ministro de D. José. A imagem de Pombal torna-se agora antipática não pelos seus atributos psicológicos que F. Almeida ou A. Pimenta lhe emprestam, mas pelas suas múltiplas acções negativas. Com A. Mattoso, apagam-se os atributos do *ser* para se atender quase exclusivamente ao seu *fazer*.

No essencial, o marquês é responsabilizado por ter substituído o «*sistema paternal*» da monarquia por uma «*autocracia intolerante*». Por ter divinizado o Rei, atribuindo-lhe o carácter dum «*Deus despótico*», dum «*tirano onnipotente*», aniquilando o papel das classes sociais em que se apoiava o governo⁽²⁴⁸⁾. Recorrendo a citações de autores diversos⁽²⁴⁹⁾ e inventariando exaustivamente as medidas «*negativas*» de Pombal, Mattoso caracteriza a sua acção como essencialmente desorganizadora e destruidora, utilizando principalmente verbos de acção de conotações negativas. Do ponto de vista económico, considera as suas ideias desactualizadas e «*desacreditadas*». No conjunto, a prática pombalina teria sido «*nefasta*» à monarquia, causando muitas dificuldades que a «*sábria e inteligente*» administração de D. Maria I viria a ter que enfrentar. Nem a política pedagógica de Pombal se salva na voragem desta crítica demolidora (ponto em que A. Martins Afonso havia de exprimir posição divergente).

Em suma, ao mito liberal do maior estadista português, do «*génio superior*» que modernizou Portugal, colocando-o ao nível dos outros países europeus, substitui-se nos anos 30 uma nova imagem mítica, imagem invertida, espécie de negativo daquela outra variante. De herói-estadista superiormente qualificado, Pombal transforma-se em autocrata intolerante e cruel, supremo agente da desordem e da decadência.

Pombal e D. João III surgem-nos assim como os dois pólos antitéticos da historiografia liberal e da historiografia tradicionalista. Em torno deles se constroem modelos opostos de estadistas, heróis do fazer político. Num dos pólos, o monarca que introduz em Portugal a Inquisição e a Campanha de Jesus. Noutra extremo, o ministro que, de um modo notável, transforma o Tribunal do Santo Offício, limitando as suas atribuições,

e que expulsa a Companhia. No sentido inverso dos seus actos políticos se encontram os fundamentos da diversidade de atitudes historiográficas perante as duas figuras. Mas, como é óbvio, a construção e sedimentação destas imagens míticas que se vão sobrepondo na sua relação intertextual, conduz a progressivas distorções do(s) sentido(s) iniciais de cada mito. Parafraseando Abraham Moles diríamos que a sua «*distância do real*» tende a acentuar-se⁽²⁵⁰⁾. Isto, se admitirmos que as representações míticas das duas personalidades em causa, construídas pelos seus contemporâneos, se encontrarão mais próximas do real, o que não deixa de ser discutível. Sobretudo tratando-se de figuras tão controversas como Sebastião José de Carvalho e Melo ou do Rei Piedoso.

VIII. ALEXANDRE HERCULANO

«Três séculos depois da morte de Camões morre Alexandre Herculano. Neste longo intervalo não há um só homem em Portugal que aos dois se possa igualar. Estes nomes sós dão uma literatura e uma nacionalidade.»

A. de Serpa Pimentel.

Alexandre Herculano e o seu tempo ⁽²⁵¹⁾

Ao equiparar deste modo as figuras de Herculano e Camões, o dirigente regenerador atribuía ao historiador seu contemporâneo um lugar simbólico de primeiro plano na cultura portuguesa. O que não surpreende, se atendermos ao largo prestígio moral e influência que ao autor da *História de Portugal* eram reconhecidos, ainda em vida, em diversos sectores intelectuais e até políticos. Como já foi observado, Herculano terá desempenhado para muitos homens da chamada geração de 70 o papel de um paradigma intelectual. A sua influência nos jovens Oliveira Martins, Antero e outros terá sido marcante, sobretudo do ponto de vista ético-existencial⁽²⁵²⁾.

Retirado para Vale de Lobos, relativamente isolado do meio cultural e político cidadão, Herculano mantém-se todavia inte-

lectualmente activo. E a sua atitude simbólica de protesto, a crítica vertical à decadência, ao regime e aos comportamentos políticos que a alimentavam, contribuiria, sem dúvida, para o desenvolvimento do mito do historiador.

Bem vistas as coisas, Herculano remete-se para uma espécie de exílio voluntário dentro da pátria, isola-se, abdica, em parte, da sua outrora frequente intervenção pública directa, ele que combatera de armas na mão pela liberdade, encarna o modelo de herói romântico, austero, impoluto, incompreendido pelos círculos culturais dominantes e pelas multidões⁽²⁵³⁾. Dele diria Bulhão Pato que fora um «homem de combate», «um bravo», mas que a «rigidez do seu carácter não era maleável à vida política»⁽²⁵⁴⁾.

Num certo sentido, o percurso de Herculano é comparável ao de Victor Hugo. Guardada a distância que, a diversos títulos, separa os dois vultos, não podemos, contudo, esquecer que muito antes do seu retiro solitário em Vale de Lobos — que em termos simbólicos, como já observámos, ganha o sentido de um exílio — ainda muito jovem, aquando da Guerra Civil, Herculano teve que expatriar-se, o que concorre para forjar a aura do mito romântico. Ora, a figura do herói romântico, proscrito, marginal, clandestino, é uma constante na obra de Victor Hugo e não será alheia às próprias vivências do escritor, desde a infância⁽²⁵⁵⁾. É de resto significativo, como observou João Medina, que, em Portugal, Hugo fosse mais conhecido como prosador e inimigo político do Segundo Império de Napoleão III do que como poeta⁽²⁵⁶⁾.

Também Herculano é um protótipo moral e intelectual que rapidamente tenderá a transformar-se em mito nacional, durante o seu recolhimento solipsista em Vale de Lobos e sobretudo imediatamente após a sua morte, quando se publicam inúmeros textos de admiradores seus (Antero, Oliveira Martins, Bulhão Pato, António Cândido, Emídio Garcia, etc.). A trasladação dos restos mortais do historiador para o Panteão Nacional (1888) e as comemorações do centenário do seu nascimento (1910) constituíram momentos de relevo na oficialização e projecção da sua figura mítica⁽²⁵⁷⁾.

Ao contrário do que era corrente no meio cultural português, Herculano sempre recusou os títulos honoríficos e as mercês com que o quiseram agraciar, sempre se manteve independente do poder político a que fugazmente chegou a dar a sua aprovação.

Dele escrevia Antero em 1877:

«Na fisionomia moral de Alexandre Herculano há certas linhas que fazem lembrar o perfil enérgico e simples dos heróis típicos da nacionalidade portuguesa. Pertencia a essa grande linhagem, que acabou com ele — e o seu século, admirando-o, considerava-o todavia com certo espanto ininteligente, como se sentisse vagamente que aquele homem pertencia a um mundo extinto, um mundo cujo altivo sentir já ninguém compreendia»⁽²⁵⁸⁾

Palavras lapidares estas do autor dos *Sonetos*: o heroísmo ético de Herculano tornara-se, pois, estranho aos olhos do mundo seu contemporâneo. Era um heroísmo de outro tempo, que o aproximava dos velhos heróis da nacionalidade, dificilmente compreensível aos olhos de uma sociedade decadente e exausta. Mas, acrescenta Antero, noutro sentido, o abaixamento moral dos homens contemporâneos teria parecido providencial a Herculano, uma vez que ele preferia a atitude de isolamento e protesto — com as consequências advindas da incompreensão dos homens — do que a «influência e dominação alcançada pela convivência com as paixões, os desvarios e os vícios da época»⁽²⁵⁹⁾. Ou seja, a corrupção e a degradação moral do meio em que vivia teriam sido a própria condição do heroísmo de carácter ético que o historiador encarnara.

Modelo de heroísmo fora de tempo — mas não será esta precisamente uma das características do heroísmo romântico? — sacralizado ainda em vida, não admira que no dealbar do séc. XX o historiador apareça já entre os heróis das letras, nos livros escolares de História de Portugal. É certo que as referências que dele encontramos são geralmente muito breves, mas o mesmo acontece com

todas as outras personalidades da cultura portuguesa.

Em vários manuais, Herculano ombreia com Garrett e Castilho como um dos expoentes maiores das letras portuguesas contemporâneas⁽²⁶⁰⁾. Alguns autores — caso de Arsénio Mascarenhas e Eurico Seabra — colocam-no mesmo no primeiro lugar da sua escala de valores:

«E sobre todos (os nomes) o eminente escritor Alexandre Herculano que, pelas variadas manifestações de seu talento prodigioso e pela sua vasta erudição conseguiu ocupar um dos primeiros lugares entre os homens de letras dos tempos modernos, e obteve bem merecida reputação em Portugal e no estrangeiro, como jornalista, poeta, romancista e principalmente como historiador»⁽²⁶¹⁾

Para Eurico Seabra, ele é o primeiro historiador português, «poeta de inigualável valor» e ainda «o amigo íntimo» de D. Pedro V, com quem o jovem monarca se aconselhava frequentemente⁽²⁶²⁾. E Cândido de Figueiredo considera-o, como historiador, uma das «mais duradouras glórias portuguesas»⁽²⁶³⁾.

Em contrapartida a estes rasgados elogios, a partir dos anos 20 segue-se, um relativo apagamento da figura de Herculano no discurso pedagógico. No manual de Paulo Mereia e Damião Peres (1920) não se encontra qualquer referência ao seu nome. E no *Compêndio de História de Portugal* de A. Mattoso, a única menção que se lhe faz é para informar que o historiador criticara «severamente» a reforma da administração promulgada por Mouzinho da Silveira, considerando-a «um erro»⁽²⁶⁴⁾. Mais uma vez, Mattoso recorre à opinião de um autor de diversa formação ideológica (omitindo que Herculano considerava o ministro da Fazenda de D. Pedro uma das maiores figuras da História de Portugal) para reforçar a credibilidade dos seus juízos sobre certas figuras históricas (neste caso, para legitimar a imagem negativa que transmite de Mouzinho da Silveira).

Alfredo Pimenta, por seu lado, surpreende-nos na discrição com que trata Herculano: limita-se a referir que D. Pedro V era seu amigo íntimo e reproduz uma pequena gra-

vura com uma legenda em que o retratado é qualificado de «grande historiador»⁽²⁶⁵⁾.

Sem ser das grandes figuras da mitologia histórica nacional que encontra maior unanimidade no(s) discurso(s) pedagógico(s) oficial(ais), o autor da *História de Portugal* nem sempre é vulto de primeiro plano na memória colectiva transmitida pela escola. Dir-se-ia que a partir dos anos 20, quando emergem com renovado impulso os mitos de Nuno Álvares, do Infante D. Henrique e de D. Sebastião (todos eles heróis de acção), ele é relativamente secundarizado, para cair num certo esquecimento durante o Estado Novo.

Por outro lado, os frequentes ataques de que Herculano foi alvo por parte de alguns positivistas portugueses — Teófilo, Ramalho, Adolfo Coelho — atestam que, apesar do seu prestígio, o culto herculaniano estava longe de conseguir uma certa unanimidade entre os intelectuais portugueses. O que se compreende neste caso se tivermos em conta o anti-democratismo, a subalternização da questão política do regime e, enfim, o espiritualismo cristão de Herculano, que obviamente, não agradavam aos propósitos políticos e ideológicos do republicanismo positivista. Mesmo Raúl Proença, pese embora a aproximação que se poderá fazer entre o seu percurso intelectual e biográfico e o paradigma herculaniano, não deixa de o rejeitar explicitamente⁽²⁶⁶⁾. Atitude que não deixa de contrastar com a imensa admiração que o seu amigo António Sérgio nutria pelo historiador. O autor dos *Ensaio*s assume claramente uma certa idealização do seu perfil moral, encarando-o como «símbolo dos mais profundos sentimentos da consciência nacional», e chegando ao ponto de o qualificar como o «cérebro mais lúcido, mais verrou-mante, mais bem afinado e sistemático que pensou em língua portuguesa». Quer do ponto de vista do seu percurso biográfico, quer no que respeita ao seu «génio», à sua obra, «e até nas linhas fisionómicas», Herculano seria representativo do ideal do povo português, o seu paradigma ético — «o modelo das suas virtudes, o seu emblema do carácter, a sua inspiração de ressurgimento» — partilhando com Camões «o privilégio máximo de ser um representante da Nacionalidade»⁽²⁶⁷⁾. Este Herculano ideal, efígie sem mácula com o qual António Sérgio não deixou de se iden-

tificar, terá sem dúvida contribuído para prolongar a mitificação daquele que foi uma das maiores figuras da cultura portuguesa.

4. Conclusão: para uma tipologia do heroísmo

Considerámos um número restrito de mitos heróicos da História de Portugal. Outras figuras de menor projecção no discurso pedagógico — mas talver não menos representativas de um imaginário nacional — conviria ter em conta para a caracterização desta por vezes tão contraditória mitologia histórica. A cada uma delas correspondem determinados atributos éticos e existenciais: Egas Moniz, modelo de lealdade e honra; o malogrado Infante Santo, exemplo do mártir desprendido e resignado com a sua morte; Vasco da Gama, esse «*arrojado navegador*» que ao praticar um feito glorioso, entrou para a categoria dos «*homens ilustres de todos os povos civilizados*»⁽²⁶⁸⁾; Afonso de Albuquerque, unanimemente reconhecido como o mais ilustre capitão e Vice-Rei da Índia pelos seus audaciosos feitos de armas e capacidade administrativa; Pedro Nunes, exemplo raro de um cientista (matemático e astrónomo), no panteão do heroísmo nacional. E tantos outros. Sem esquecer o caso bem mais surpreendente de um herói-traidor que, depois de revelar excepcionais qualidades guerreiras de energia e valentia na defesa de Diu, acabou todavia, por se «*vender à Espanha*» — D. João de Mascarenhas⁽²⁶⁹⁾.

Nessa imensa galeria de tipos heróicos, não são apenas os monarcas que recebem cognomes. Por analogia com certas figuras lendárias ou históricas da Antiguidade, alguns heróis são «*homenageados*» por meio de sobrenomes: pelas suas acções guerreiras, Duarte Pacheco Pereira é reconhecido como «*o Aquiles lusitano*» ou o «*Sansão português*»; D. Francisco de Almeida, o Vice-Rei que venceu árabes, persas, mouros e turcos, para vir a morrer às praias africanas, é designado «*o Macabeu português*»; e o historiador João de Barros é o Lívio português (por analogia com Tito Lívio). Alguns heróis contemporâneos são comparados a figuras de outros tempos: no compêndio de A. Mattoso, Gomes da Costa, o comandante das tropas que fizeram o 28 de Maio de 1926, «*antigo herói*

das campanhas africanas» e do Corpo Expedicionário Português em França, aquando da 1.ª Guerra Mundial, é considerado um outro Nuno Alvares⁽²⁷⁰⁾. Processa-se, deste modo, como que um regresso aos modelos míticos do passado, estabelece-se uma espécie de solidariedade imaginária entre heróis de épocas distantes, irmanados em missões, em percursos iniciáticos semelhantes, empenhados na reposição de uma ordem perdida. Os grandes homens da história moderna e contemporânea identificam-se assim com os heróis míticos da Antiguidade, renovam os seus exemplos, reactualizam os tempos mitológicos.

No entanto, como vimos, confrontam-se no discurso pedagógico da História as mais desencontradas variantes, que, por vezes, resultam em verdadeiras imagens invertidas. Repare-se nestes dois retratos opostos do Cardeal D. Henrique:

«*O cardeal D. Henrique (...) corresponde sempre à santidade da sua vocação, distinguindo-se pela prática de todas as virtudes e por vastos e sólidos conhecimentos nas separadas letras. Exerceu com zelo exemplar as obrigações inerentes às muitas e elevadas dignidades eclesásticas de que foi revestido (...)*»⁽²⁷¹⁾

«*O cardeal era um velho muito doente, imbecil e fanático: por isso, e como a sua morte era esperada a cada momento, começaram a aparecer vários pretendentes ao trono.*»⁽²⁷²⁾

Como é óbvio, estamos aqui perante um exemplo limite: trata-se de uma figura extremamente controversa, não só por ter desempenhado o cargo de inquisidor-geral do Santo Ofício, mas sobretudo pelo seu comportamento, geralmente considerado dúbio e hesitante, aquando das tentativas de resolução da sucessão ao trono. O cardeal nunca poderia integrar-se na hagiografia laica do imaginário liberal-jacobino: na galeria das suas figuras míticas, D. Henrique é o protótipo do anti-herói, modelo negativo a não seguir. Em certos manuais afirma-se até que o velho e fanático cardeal escolheu Filipe II como herdeiro da coroa portuguesa⁽²⁷³⁾, enquanto noutros se sugere que ele se inclinava

para D. Catarina, embora não se decidisse a tomar uma posição firme ⁽²⁷⁴⁾.

Ao terminar este estudo, podemos sistematizar em dois grandes modelos heróicos a multiplicidade de figuras míticas com que deparámos:

1) O paradigma liberal-oitocentista de heroísmo, que se desenvolve tardiamente nos livros escolares — a partir da década de 1880 — e em que encontram marcas mais ou menos sensíveis do romantismo e do espírito positivista.

Se do ponto de vista quantitativo os heróis de armas, do fazer guerreiro, são os mais numerosos, inclusive em alguns manuais do séc. XX — na *Sinopse dos homens célebres de Portugal* de Alfredo Gallis (1883) eles correspondem a 38,4 % do total de figuras representadas, e na *Notícia de alguns homens mais notáveis...* de Arsénio de Mascarenhas (1901) a 36,5 % — é curioso verificar que os homens de letras («*poetas e eruditos*», segundo a classificação de A. Gallis) se encontram muito aquém daquelas percentagens — no livro de Gallis eles representam 21,2 % do total, e no de Mascarenhas, tão-só 15,4 %. Apesar da projecção que o romantismo trouxe aos heróis sem armas, aos criadores, apesar de os positivistas terem dado clara preferência no plano teórico aos benfeitores da humanidade, aos portadores da ideia — lembre-se, por exemplo, a teorização de Teófilo Braga, ou as considerações a esse propósito de Ramalho Ortigão ⁽²⁷⁵⁾ — nos livros escolares continuaria a atribuir-se um lugar de primeiro plano aos guerreiros e estadistas, isto é, aos heróis de acção, protagonistas de um projecto nacional (Afonso Henriques, Nuno Álvares, Infante D. Henrique, etc.).

Ao privilegiar uma história biográfica, ao pretender dirigir-se primordialmente ao sentimento e à fantasia das crianças, o discurso pedagógico da História remetia para um plano muito secundário as geralmente mais complexas personalidades ligadas às letras e às ciências. Também os modelos de um heroísmo ético — portadores de valores como a lealdade, a honra, a constância de sentimentos — de um heroísmo religioso, são casos isolados, pouco frequentes no vasto panteão dos homens ilustres de Portugal. Compreende-se que um discurso militante da história, que visa uma certa unanimidade

nacional de pulsões e sentimentos, dê primazia ao heroísmo voltado para a acção, para um *fazer pragmático*, e não tanto para as virtudes morais e passivas de figuras como a do mártir Inafnte Santo, ou as virtudes religiosas (caridade, zelo religioso, sabedoria) de personagens como a Rainha Santa Isabel ou o arcebispo de Braga, Frei Bartolomeu dos Mártires ⁽²⁷⁶⁾.

Não surpreende, pois, que numa conjuntura mental em que domina este paradigma do heroísmo, as raras heroínas dos livros escolares revelem frequentemente qualidades que, culturalmente, remetem para o universo masculino (Deuladeu Martins, corajosa defensora da praça de Monção contra os Leoneses, a agressiva Padeira de Aljubarrota nos combates contra o inimigo externo, ou a determinada D. Filipa de Vilhena que coloca o valor patriótico acima do valor maternal). Outras figuras de mulheres, pelo contrário, revelam-se marcadamente femininas: são as mães virtuosas como a rainha Santa Isabel ou D. Filipa de Lencastre ⁽²⁷⁷⁾. E é bem significativo que as heroínas apresentadas como modelos e guias de acção às jovens da Mocidade Portuguesa Feminina pertencessem a este segundo grupo de mulheres: «*a rainha D. Filipa de Lencastre, mãe e educadora da inclícita geração e a rainha D. Leonor, fundadora das Misericórdias*» ⁽²⁷⁸⁾.

2) Paradigma do heroísmo tradicionalista do Estado Novo é, acima de tudo, o herói-estadista, do fazer-manipulador (*fazer-fazer*), o condutor de homens, aquele que reúne os supremos atributos da personalidade voltada para a acção.

Herói superior é aquele que coloca o dever, os valores nacionais, acima dos valores particulares, familiares, amorosos: caso do Infante D. Henrique. Nele se associa a este princípio as excepcionais qualidades de tenacidade, persistência e fervor místico que o instituem, para A. Mattoso, como a personalidade mais representativa da missão histórica de Portugal — a «*vocação apostólica*» de que fala aquele autor. É o caso de D. João III — anti-herói da historiografia liberal que importava reabilitar — reformador da sociedade portuguesa e dos seus costumes, introdutor das instituições mais exorcizadas pelos nossos intelectuais oitocentistas (a Inquisição e a Companhia de Jesus), alegado

artífice do apogeu cultural português do séc. XVI, fazedor do império atlântico.

Heroísmo do «fervor místico» e da «exaltação patriótica»⁽²⁷⁹⁾, de audácia temerária e sacrifício, este paradigma radicalmente nacionalista do homem de elevado ideal e de missão superiormente inspirada tem muito do messianismo e do culto do chefe, característicos das ideologias tradicionalistas e totalitárias então em voga na Europa. A. Matoso, por exemplo, hipervaloriza a acção dos reis, «chefes incontestados de todas as empresas marítimas e guerreiras»⁽²⁸⁰⁾. Componente essencial deste heroísmo «branco» é o elemento religioso, a devoção a Deus, a inabalável fé cristã, o «fogo místico» que permitiu a Nuno Álvares cometer prodígios na acção guerreira, ou a D. Henrique conceber os seus projectos marítimos, levar por diante a empresa dos descobrimentos. Neste sentido, ao realizarem algo que à dimensão humana parecia irrealizável — a vitória sobre exércitos inimigos muito mais poderosos, ou a vitória sobre o desconhecido — estes mitos heróicos transgridem, num certo sentido, as leis da natureza e aproximam-se das características do mito dinâmico apontadas por A. Moles⁽²⁸¹⁾.

Tanto ou mais do que a realização, tanto ou mais do que os resultados práticos da acção empreendida, no herói do Estado Novo valoriza-se o ideal. É assim que D. Sebastião, esse «cavaleiro de Deus» de «alma mística», último representante de um «heroísmo antigo» (leia-se, de um ideal de cavalaria medieval), não obstante o facto de não ter concretizado o seu grandioso projecto épico, é extremamente valorizado pelas suas pretensas qualidades guerreiras e, sobretudo, pelo imenso sonho de cruzada religiosa que acalentava. O Desejado encerra a «última página

da epopeia do ciclo maravilhoso»⁽²⁸²⁾. No momento, o seu esforço e sacrificio poderão ter sido vãos. Mas dele ficou o exemplo, a inspiração e «um seguro instinto de política nacional nacionalista»⁽²⁸³⁾.

Enquanto certas figuras históricas são sujeitas a uma revisão quase total nos comêndios do Estado Novo — é sobretudo o caso dos estadistas como D. João III e Pombal — outras personagens, embora mitificadas num sentido bem diverso daqueles que a historiografia liberal concebera — caso de Nuno Álvares, cuja faceta de santo é hipervalorizada sobretudo a partir dos anos 20 — são objecto de um mero desenvolvimento mítico, de uma deformação, sem que, no entanto, as novas versões entrem em contradição óbvia e directa com as anteriores variantes liberais. O Nuno Álvares do Estado Novo, cujo retrato decorre, no essencial, da biografia traçada algumas décadas antes por Oliveira Martins, inscreve-se sem fracturas, sem cismas evidentes, na tradição liberal. Se na multiplicidade de discursos e representações da pedagogia liberal da História emerge um determinado conjunto de figuras paradigmáticas — Nuno Álvares, Camões, Pombal, Herculano — a partir dos anos 20 e 30, marcados no plano ideológico por uma evidente inflexão nacionalista, enquanto Nuno Álvares e Camões se mantêm, (embora, como vimos, transfigurados), outros modelos do carácter nacional e da memória colectiva «oficial» são apresentados às novas gerações: o Infante D. Henrique, D. João III, D. Sebastião, etc.

Não funcionará a ênfase posta nestes mitos heróicos como uma espécie de antídoto, contra a latente — e por vezes não menos exacerbada — obsessão da decadência oitocentista, essa má consciência das elites do pensamento em Portugal?

NOTAS

(1) «A história, um divertimento, um meio de evasão, um meio de formação», J. Le Goff e outros, *A Nova História*, Lisboa, ed. 70, s.d. (1984; versão original, 1977).

(2) «Da história-narrativa à história-problema», *A oficina da história*, Lisboa, Gradiva, s. d. (versão original, 1975).

(3) A este propósito, afirma Paul Veyne, «a história é uma narrativa de acontecimentos verdadeiros. (...) um facto deve preencher uma só condição para ter a dignidade da história; ter acontecido realmente», *Como se escreve a história*, Lisboa, Ed. 70, s.d. (1978; versão original, 1971), p. 22.

(4) Nada mais esclarecedor do que, após um acidente de viação, fazer-se um pequeno inquérito aos curiosos (testemunhas ou não do sinistro) que se aproximam do local, acerca daquilo que então aconteceu.

(5) G. Duby, «O historiador hoje» (entrevista ao *Magazine Littéraire* de Set. de 1980), *História e Nova História*, Lisboa, Teorema, 1986, pp. 10-11.

(6) Sobre estas características do mito, cf. Georges Gusdorf, *Mythe et Métaphysique*, Paris, Flammarion, 1984 (1.ª ed., 1953), pp. 58-59 e Mircea Eliade, *A provação do labirinto. Diálogos com Claude-Henri Rocquet*, Lisboa, D. Quixote, 1987, p. 116.

(7) G. Duby, *Id.*, p. 10.

(8) Data desse final dos anos 70 a interessante polémica que a este respeito encetaram Lawrence Stone e Eric Hobsbawm, «La historia como narrativa», *Debats*, Valencia, n.º 4, 1982, pp. 91-110 (versões originais de Nov. 1978 e Fev. 1980).

(9) Uma memória colectiva «oficial», ou uma certa memória da nação. Preferimos contudo a expressão memória histórica no sentido que lhe atribui Pierre Nora — trata-se de uma memória «unitária», produto da elaboração de uma «tradição "científica" empreendida pelos historiadores. Cf. «Mémoire collective», *La Nouvelle Histoire*, Paris RETZ, 1978, pp. 398-399, e ainda, Maurice Halbwachs, *Mémoires collectives*, 2.ª ed., Paris; PUF, 1968 (1.ª ed., 1950), pp. 68-79 e Suzanne Citron, *Enseigner l'Histoire aujourd'hui. La mémoire perdue et retrouvée*, Paris, Ed. Ouvrières, 1984, pp. 31-35.

(10) Jaime Moniz (1837-1917), professor, pedagogo e político, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi advogado, professor de História Universal e Filosófica no Curso Superior de Letras, vice-presidente do Conselho Superior de Instrução Pública e principal responsável pela reforma do curso dos liceus de 1895, empreendida pelo governo de Hintze Ribeiro, sendo então ministro do Reino João Franco. Inspirada sobretudo na experiência alemã, a reforma de JM introduziu o «regime de classe» (em substituição do regime das disciplinas isoladas), novas disciplinas (como o alemão) e esteve em vigor até 1905. JM exerceu ainda os

cargos de deputado (1870-74), ministro da Marinha e Ultramar (1871-72) e par do Reino (1886-87). Publicou diversos discursos políticos, anuários da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Pares e, entre outras obras, os *Estudos de Ensino Secundário* (1918).

(11) Cf. José Maria Queiroz Veloso, *A formação profissional dos professores liceais. Simplex esboço da história do ensino secundário em Portugal*, separata dos n.º 6 e 7 da «Labor», Aveiro, Tip. Progresso, 1927, pp. 14-16 e V. Pulido Valente, *O estado liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*, Lisboa, GIS, 1973, pp. 64-73 e 100-108.

(12) A primeira edição, em dois volumes do *Compêndio da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, fora publicada no ano anterior. Este manual atingiria uma 10.ª edição em 1947, altura em que foi adoptada uma nova reforma do curso liceal (dec. de 17-IX-1947 do ministro Fernando Pires de Lima). António G. Mattoso (1895-1975) foi um dos mais conhecidos professores e autores de livros escolares adoptados durante o Estado Novo, não só de História de Portugal e História Universal, mas também de Geografia e Ciências Geográfico-Naturais. Licenciado em Direito, foi professor efectivo de uma escola comercial em Leiria, e mais tarde director e professor metodólogo de uma escola técnica em Lisboa. Nos anos 40, envolveu-se numa aguerrida polémica com A. Martins Afonso, a propósito da crítica que este último autor fez ao seu *Compêndio de História de Portugal* e acerca do ensino da História (cf. A. Mattoso, *Erros de História. Resposta a um crítico*, Lisboa, ed. do Autor, 1944 e Arlindo Caldeira, «Para a história do "livro único" — uma polémica entre A. G. Mattoso e A. Martins Afonso», *Bol. da Associação de Professores de História*, n.º 7, Nov. 1983, pp. 34-43).

(13) Cf. Stephen Stoer e Helena G. Araújo, «A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e rupturas (1926-1933)», *O Estado Novo, das origens ao fim da autarquia 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 126-127.

(14) Lembre-se, por exemplo, que em 1934 ainda o ministro da Instrução Manuel Rodrigues Júnior defendia num decreto oficial o regime do livro múltiplo nos liceus (cf. dec.-lei n.º 23 982, *Diário do Governo*, n.º 133, 8-VI-1934, p. 788), posição em que voltaria a insistir o seu sucessor Eusébio de Matos Encarnação no ano seguinte, argumentando que a «diversidade de apresentação das matérias» contribuiria para «o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos» (dec. n.º 25 447, *Diário do Governo*, n.º 125, 1-VI-1935, p. 811). O regime do livro único só seria adoptado em 1936 (lei n.º 1941 de 11-IV) por Carneiro Pacheco.

(15) Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978; Maria Carlos Radich, *Temas de História em livros escolares*, Porto, Afrontamento, 1979 e J. Alvares, L. Amante e D. Ramos, «Na escola de ontem, na escola de hoje, que leituras? Breve análise de ma-

nuais de leitura da I República, do Estado Novo e período pós 25 de Abril», *Análise Psicológica*, n.º 3, série V, 1987, pp. 441-472. Excepção é o pioneiro estudo de Luís Reis Torgal, *A Revolução Francesa no ensino da História em Portugal*, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Coimbra, Fac. de Letras, 1988, publicado depois de termos concluído o presente trabalho.

(16) Segundo Mikel Dufrenne, o «carácter nacional», que se exprime através da cultura, deverá ser estudado para compreender essa mesma cultura «de que é testemunha, bem como o fundador e o produto», e poderá ser apreendido através da «personalidade de base» de uma colectividade (conceito utilizado pelos sociólogos A. Kardiner e R. Linton e adoptado por M. Dufrenne) — «a configuração dos traços comuns aos diferentes indivíduos, porque têm em comum a mesma cultura». O ponto de vista psicológico é tão-só tido em conta como meio de investigação de uma cultura, concebida num sentido amplo, «como configuração geral dos comportamentos aprovados, apreendidos e transmitidos, e como sistema das instituições — crenças, técnicas, sistemas socio-culturais — que solicitam e organizam estes comportamentos, em suma, como conjunto de obras e manifestações, espontâneas ou não, do psiquismo.» (M. Dufrenne, «La Psychologie des vastes ensembles et le problème de la personnalité de base», in G. Gurvitch, *Traité de Sociologie*, 3.ª ed., Paris, PUF, 1986, pp. 390-91 e 398).

(17) Diversas tipologias das grandes personalidades e de heroísmo, adoptando critérios vários, têm sido propostas, sobretudo desde a afirmação do espírito romântico, no século passado. Refiram-se, a título de exemplo, as de Thomas Carlyle, *On heroes, hero-worship and the heroic in history*, Londres, Chapman and Hall, 1907 (1.ª ed., 1841; trad. port. Guimarães ed., 1957) e Ralph Emerson, *Homens representativos da humanidade*, São Paulo, Ed. e Publicações Brasil, s. d. (1.ª ed. inglesa, 1849); em Portugal, no quadro da teoria positivista e sociolátrica dos «grandes homens», cf. Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, 2.ª ed., Porto, Lello e Irmãos, 1908 (1.ª ed., 1884), pp. 145-158 e José Augusto Coelho, «As individualidades e a sua acção no movimento da história», *Revista de História*, n.º 17, pp. 34-41 e n.º 18, 1916, pp. 106-119. Veja-se ainda a mais recente perspectiva sociológica de V. Morin, «Herós et idoles», *Encyclopaedia Universalis*, vol. 8, Paris, France S.A., 1980, pp. 371-375. Sobre a concepção heróica de história na época contemporânea, ver Joaquim Veríssimo Serrão, *História e conhecimento histórico*, Lisboa, Verbo, 1968, pp. 102-110.

(18) Outras figuras controversas como D. Pedro IV, Mouzinho da Silveira ou Fernandes Tomás (todas elas personalidades gradas dos primeiros tempos do regime liberal) são objecto dos mais desencontrados juízos. Enquanto os dois primeiros são apreciados negativamente tão-só nos livros escolares adoptados durante a primeira fase do Estado Novo — Alfredo Pimenta, *Elementos de His-*

tória de Portugal, 2.ª ed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935 (1.ª ed., 1934; adoptado na 4.ª e a 5.ª classes dos liceus) e António Mattoso, *Compêndio de História de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1939 (livro único para o 6.º ano dos liceus) — os dois últimos — Mouzinho da Silveira e Fernandes Tomás — são totalmente ignorados nos manuais de A. J. Viale, *Novo Epítome da História de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, Tip. Matos Moreira e Pinheiro, 1895 (1.ª ed., 1864), Cândido de Figueiredo, *História de Portugal sumariada. Para uso do povo e das escolas*, 5.ª ed. Lisboa, Livraria Ferreira Lda., 1913 (3.ª ed., 1888), M. Pinheiro Chagas, *Resumo de História de Portugal*, 4.ª ed., (actualizada por Alvaro Pinheiro Chagas), Lisboa, Companhia Portuguesa ed., 1916 (1.ª ed., 1880) e A. Pimenta (*op. cit.*). Em vários outros compêndios da época são muito superficialmente referidos, o que levará em 1918 António Sérgio a considerar o silêncio de quase todos os livros escolares relativamente ao ministro da Fazenda do governo liberal, sediado na Terceira, um dos sintomas do modo deficiente como a escola portuguesa entendia o ensino da História. A seu ver, sem conhecer e discutir «a ditadura liberal» e o «pensamento reformador de Mouzinho da Silveira (...), não é possível compreender nada, absolutamente nada, da história contemporânea do país — justamente a mais necessária, a que é de todo indispensável a um cidadão dos nossos dias. Os problemas capitais da sociedade portuguesa (incluindo o pedagógico) implicam com esse facto importantíssimo, omitido no programa liceal.» (*O ensino como factor do resurgimento nacional*, Porto, Renascença Portuguesa, 1918, pp. 34-35) Omitidos dos programas de História de Portugal para a VI classe dos liceus adoptados em 1905 e 1918, estes temas eram todavia parcialmente contemplados no programa da reforma de Jaime Moniz que esteve em vigor de 1895 a 1905: «Ditadura liberal da ilha Terceira. Os decretos de 16 de Maio de 1832» (cf. *Diário do Governo*, I série, n.º 208, 16-IX-1895, p. 731).

(19) Gilbert Durand define narrativa canónica como uma espécie de «padrão médio» de uma situação mitológica, modelo que envolve «todas as lições de um mito ou até todas as obras de um autor», e a partir do qual podem derivar as suas variantes, (*Mito e sociedade. A mitanálise e a Sociologia das profundezas*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1983, pp. 33-34).

(20) Mircea Eliade, *Aspectos do Mito*, Lisboa, Ed. 70, s. d. (1963), p. 23. Já desde a Antiguidade Clássica, diversos autores consideraram os mitos como uma representação da vida dos povos no passado, em que, de algum modo, a sua história, os seus heróis e façanhas se representam simbolicamente, investidos de qualidades que os aproximam dos deuses. De acordo com este ponto de vista, o mito é uma espécie de «dramaturgia da vida social ou da história poetizada» (J. Chevalier e A. Gheerbrant, «Mythes», *Dictionnaire des symboles*, Paris, R. Laffont, 1982, p. 656).

(21) Cf. Eça de Queiroz, «Brasil e Portugal»,

Notas Contemporâneas, Lisboa, Livros do Brasil, s. d. (1.ª versão do texto, 1880), pp. 48-49.

(22) Editado pela Livraria Ferin de Lisboa. Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), Escritor e político, fez estudos no Colégio Militar, na Escola do Exército e na Escola Politécnica. Professor de Literatura no Curso Superior de Letras e secretário da Academia Real das Ciências (entre outros cargos), P. Chagas foi ainda deputado pelo Partido Regenerador e ministro da Marinha e Ultramar (1883-86). No domínio literário, publicou poemas, dramas e romances (a carta-posfácio de Castilho ao seu *Poema da Mocidade*, que contribuiu para desencadear a célebre Questão Coimbrã, chamou então a atenção sobre o jovem poeta romântico). Para além de uma vasta colaboração na imprensa periódica (crónicas, folhetins, artigos políticos), Chagas escreveu diversos trabalhos historiográficos, de que se destaca a *História de Portugal* (12 vols.), de divulgação mas de escasso valor científico.

(23) *Sinopse...*, Lisboa, Tip. A. Almeida, 1883, p. 3. Note-se de passagem que, de um total de 203 figuras heróicas biografadas, repartidas por diversos tipos («Armas», «Descobridores», «Poetas e eruditos» e «Factos diversos»), só se encontra uma mulher — a soror Violante do Céu. Joaquim Alfredo Gallis (1859-1910), escritor e jornalista, para além de crónicas e folhetins na imprensa periódica, publicou numerosos romances eróticos (nomeadamente a série *Tuberculose social*, em 12 vols.) sob o pseudónimo de Rabelais, e ainda os dois vols. que constituem suplemento à *História de Portugal* de M. Pinheiro Chagas (*Um reinado trágico*).

(24) A 1.ª ed., impressa na Tipografia do Comércio, é de 1901 (a 1.ª ed. data de 1896). Entre os 52 heróis de diferentes épocas representados, não se encontra nenhuma figura feminina, e, significativamente, cerca de 46 % deste total de personalidades históricas (24), pertencem à época da expansão marítima (sécs. XV e XVI) considerada habitualmente como a do apogeu da afirmação de Portugal em todo o seu percurso histórico. Arsénio A. Torres de Mascarenhas (1847-?), formado em Direito pela Universidade de Coimbra (como, aliás, grande parte dos autores dos livros escolares de História e Português adoptados no período que estudamos), foi professor do ensino liceal, vice-reitor do Liceu Nacional de Lisboa e autor de diversos livros didácticos adoptados no ensino primário e no secundário.

(25) Ao que sabemos, chegaram a ser publicados seis volumes desta colecção, entre os quais destacamos os de Manuel de Sousa Pinto, *D. João de Castro*, Lisboa, Baptista Torres, 1912; António Baião, *Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Livraria Ferin, 1913 e Possidónio Laranjo Coelho, *Mouzinho da Silveira*, Lisboa, Tip. Adolfo Mendonça, 1918. De carácter didáctico, e bem mais acessível — destinava-se explicitamente às crianças — é a colecção ilustrada de leituras educativas sob a direcção literária de Victor Ribeiro, intitulada «Narrativas e lendas da História Pátria», editada pela Casa

Alfredo David e com múltiplos volumes dedicados a heróis portugueses (Nuno Alvares, D. João I, O Príncipe Perfeito, etc.), a acontecimentos históricos de relevo («Conquista e organização do reino», por exemplo), etc.

(26) *Figuras...*, Porto, Liv. Lelo, 1933, p. VIII. Afonso A. Bourbon e Meneses (1890-1948), escritor e jornalista republicano, colaborou na revolução do 5 de Outubro de 1910 e viria a aderir ao Partido Socialista em 1931, sendo autor do programa deste partido adoptado em 1933. B. e M. publicou diversos volumes de poesia, contos e crítica. Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962), escritor e jornalista, fez estudos no Colégio Militar, Escola Politécnica, Instituto Industrial e Curso Superior de Letras, foi comissário do Teatro Nacional e publicou uma extensa obra, sobretudo dedicada a temas de arte e arqueologia lisboeta, e ao teatro. No domínio político, foi chefe de gabinete do ministro das Finanças (1915) e pertenceu à Aliança Republicana-Socialista (1931).

(27) Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, «Herós», *Dictionnaire des symboles*, Paris, R. Laffont, 1982, p. 502.

(28) Philippe Sellier, *Le mythe du herós*, Paris-Montréal, 1970, p. 15; e José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 3.ª vol., 3.ª ed., Lisboa, Horizonte, 1977, p. 215.

(29) P. Sellier, *op. cit.*, p. 18.

(30) Id., *op. cit.*, pp. 18-20.

(31) João Medina, *Herculano e a geração de 70*, Lisboa, ed. Terra Livre, 1977, pp. 103-104. Oliveira Martins caracteriza o heroísmo de Herculano como um «heroísmo de carácter», de pendor moral, por oposição a um heroísmo de acção, de grandeza épica. O mito do herói poeta, mago, «eco-sonoro» de toda uma época, será encarnado em França de modo paradigmático por Victor Hugo, muito admirado, aliás, em diversos sectores da intelectualidade portuguesa (cf. Fernando Catroga, «O problema político em Antero de Quental — um confronto com Oliveira Martins», *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1981, p. 485 e João Medina, *Aspectos da hugolatria portuguesa: a projecção política de Victor Hugo em Portugal*, Separata do Colóquio «Victor Hugo e Portugal», Fac. de Letras do Porto, 1987, pp. 56-57).

(32) P. Sellier, *op. cit.*, p. 105.

(33) Id., *op. cit.*, pp. 56-57.

(34) Paul Bastide, *Auguste Comte*, Lisboa, Ed. 70, 1984, p. 43.

(35) Auguste Comte, *Cathéchisme positiviste ou sommaire exposition de la religion universelle*, Rio de Janeiro, Temple de l'Humanité, 1957, p. 63.

(36) Id., *Apelo aos conservadores*, Rio de Janeiro, Sede Central da Igreja Positivista no Brasil, 1899, p. 174.

(37) Id., *op. cit.*, p. 173.

(38) Id., *op. cit.*, p. 174.

(39) Id., *Cathéchisme...*, p. 77.

(40) Fernando Catroga, «A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana

em Portugal», *Biblos*, n.º 53, 1977, p. 296. Enquanto os positivistas ortodoxos, liderados por Laffitte, se puiam na íntegra o pensamento e o programa comtiano, inclusive no que respeita à Religião da Humanidade teorizada nos últimos anos da vida do mestre, os heterodoxos demarcavam-se dos seus princípios anti-democráticos e anti-individualistas, consideravam exagerado o seu solidarismo. (cf. a este respeito, F. Catroga, «Os inícios do positivismo em Portugal...», *Revista de História das Ideias*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977, pp. 306-307.

(41) «... hoje procura-se localizar a admiração e a simpatia naqueles vultos que pela sua acção nos fazem sentir a solidariedade humana, que contribuíram para o bem estar social por uma ideia, por uma invenção, por uma intervenção oportuna, por qualquer sacrifício enfim!» (Teófilo Braga, *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Lisboa, Tip. Costa e irmão, 1884, p. 200); cf. ainda *Sistema de Sociologia*, pp. 145-158.

(42) Jorge Luís Borges, «El libro», *Borges oral*, 3.ª ed., Buenos Aires, Bruguera, 1983, p. 21.

(43) *Ibid.*

(44) João Medina, «Zé Povinho e Camões: dois pólos da prototipia nacional», *Colóquio Letras*, n.º 92, Julho, p. 18.

(45) *Ensaio sobre educação III. Educação na família, na escola e na vida*, 3.ª ed., Lisboa, Bertrand, 1922, p. 318. Agostinho de Campos (1870-1944), professor e escritor, formado em Direito, exerceu diversos cargos directivos em órgãos do aparelho de estado ligados ao ensino oficial (antes da instauração da República, altura em que se auto-exonerou). Foi professor de alemão nos liceus e mais tarde professor universitário, em Coimbra e em Lisboa. Produziu uma vasta obra que se reparte pela literatura, ensaio, pedagogia, livro escolar, etc.

(46) G. Durand, *op. cit.*, p. 49.

(47) Roland Barthes, *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70, 1984 (1957), p. 192.

(48) G. Durand, *op. cit.*, p. 55.

(49) C. Lévi-Strauss, «La structure des mythes», *Anthropologie structurale*, Paris, Plon, 1958, p. 241.

(50) *Ibid.*

(51) Fernando Pessoa, *Obra poética* (org., pref. e notas de João Gaspar Simões), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, p. 114.

(52) G. Durand, *op. cit.*, p. 33; cf. nota (19).

(53) Eurico Seabra, *História sumária de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora., 1916, p. 28 e Fortunato de Almeida, *Curso de História de Portugal*, 6.ª ed., Coimbra, ed. do Autor, p. 45.

(54) Arsénio de Mascarenhas, *Compêndio de História de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, Imp. Libânio da Silva, 1907, p. 51.

(55) E. Seabra, *Ibid.* e F. Almeida, *op. cit.*, p. 38.

(56) Cf. C. Figueiredo, *História de Portugal...*, pp. 54-55, e A. Mattoso, *Compêndio...*, pp. 39-40. Cândido de Figueiredo (1846-1925), lexicólogo, poeta

e jornalista, formou-se em Direito (1874), desempenhou diversos cargos de funcionalismo público ligados ao ensino, como o de inspector das escolas e professor dos liceus.

(57) Damião Peres e Cardoso Júnior, *Noções de História de Portugal*, 2.ª ed., Coimbra, «Lumen» Empresa Internacional ed., 1926 (1.ª ed. 1923), pp. 21-24. Damião Peres (1889-1976), historiador e professor, diplomou-se pelo Curso Superior de Letras, foi professor e reitor do liceu do Funchal e depois na Universidade (Porto e Coimbra). Publicou uma vasta obra, em que se destaca a direcção da *História de Portugal*, 8 vols., Barcelos, 1928-1937, o *Suplemento*, Barcelos, 1958 e a *História dos Descobrimientos Portugueses*, 1943. F. J. Cardoso Júnior (1884 ?), escritor e professor, diplomado pelo Curso de Habilitação para o Magistério na Escola Normal do Porto, foi professor efectivo nesta escola e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Publicou diversos trabalhos no domínio da História da Educação e obras de carácter didáctico.

(58) C. Figueiredo, *op. cit.*, p. 54.

(59) *Id.*, *Ibid.*

(60) *Id.*, *op. cit.*, p. 64.

(61) *Id.*, *Ibid.*

(62) E. Seabra, *op. cit.*, p. 31; Eurico Nogueira Seabra (?-?) professor do liceu e funcionário da direcção geral dos Negócios da Justiça, publicou diversos livros de carácter didáctico. Era formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

(63) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 40.

(64) Na *Mensagem*, Pessoa refere-se a um outro herói fundador, a um célebre herói lendário — Ulisses: «Este que aqui aportou / Foi por não ser existindo / Sem existir nos bastou. Por não ter vindo foi vindo / E nos criou. // Assim a lenda se escorre / A entrar na realidade. E a fecundá-la decorre.» (*op. cit.*, p. 112). Ulisses é um «falso herói», mas não são o mito (esse «nada que é tudo») e a lenda que alimentam a realidade das coisas, na visão de Pessoa?

(65) In J. Barbosa Bettencourt, *Leituras Portuguesas*, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand e Francisco Alves, s.d. (1907?), p. 265.

(66) *Id.* *op. cit.*, p. 264.

(67) F. A. Xavier Rodrigues (Compil. e coord.) *Narrativas Históricas*, 2.ª ed., vol. I, Lisboa, Livraria J. Rodrigues, s.d. (1925?), pp. 17-18.

(68) J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, 12.ª ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1942 (1879), p. 80.

(69) «Carta de Guerra Junqueiro dirigida à Comissão de Senhoras da Cruzada Nun'Álvares», *Cruzada Nacional Nun'Álvares*, Lisboa, n.º 1, p. 10, cit. por Ernesto C. Leal, «Nun'Álvares: herói e mito», *Diário de Notícias*, 13-IX-1987, p. 30

(70) Ernesto C. Leal, *Ibid.*

(71) A. José de Almeida, «Dois protectores», *Revista Nacional*, n.º 1, 15-V-1925, p. 7, cit. por Ernesto C. Leal, *Ibid.*

(72) *Ibid.*

- (73) Guerra Junqueiro, *Ibid.*
- (74) A. José Viale, *Novo Epítome...*, p. 92.
- (75) A. Mascarenhas, *Notícia de alguns homens mais notáveis...*, p. 29.
- (76) A. Mascarenhas, *Compêndio...*, pp. 107-108.
- (77) E. Seabra, *op. cit.*, p. 68.
- (78) S. Chagas Franco, *Moral e Educação Cívica*, 1.ª à 4.ª classes, (ensino primário) Lisboa, Francisco Franco, 1929, p. 54.
- (79) *A vida de Nun'Alvares*, 9.ª ed., Lisboa, Guimarães, 1984 (1.ª ed. 1893), p. 31.
- (80) *Id.*, p. 49.
- (81) *Id.*, p. 19.
- (82) *Id.*, p. 314.
- (83) *Id.*, p. 294.
- (84) *Id.*, p. 301.
- (85) *Id.*, p. 19.
- (86) *Id.*, p. 301.
- (87) *Esboço de História de Portugal com episódios, biografias e tradições*, 2.ª ed., Coimbra, ed. do Autor, 1921, pp. 111-112; Fortunato de Almeida Pereira de Andrade (1869-1933), historiador e professor, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra foi professor do liceu desta cidade e dedicou-se a múltiplos estudos históricos e geográficos, bem como à redacção de manuais escolares. A destacar a sua *História da Igreja em Portugal* (8 vols.) e a *História de Portugal* (6 vols.).
- (88) A. Pimenta, *Elementos...*, p. 114. Alfredo Pimenta (1882-1950), historiador, escritor e poeta, formado em Direito, foi director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, director do Arquivo Municipal de Guimarães e vogal da Comissão Central do Conselho Superior de Instrução Pública. De simpatizante das ideias anarquistas na juventude a aderente do Partido Evolucionista de António José de Almeida, AP viria a tornar-se adepto da Acção Realista (que patrocinava D. Manuel II) a partir de 1915, e, posteriormente, a apoiar criticamente o Estado Novo. Publicou numerosos trabalhos (filosóficos, históricos, obras de carácter didáctico, etc.) e envolveu-se frequentemente em violentas polémicas.
- (89) *Ibid.*
- (90) *Id.*, *op. cit.*, p. 99.
- (91) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 90.
- (92) *Id.*, *op. cit.*, p. 102.
- (93) *Id.*, *op. cit.*, p. 104.
- (94) *Id.*, *op. cit.*, p. 108.
- (95) A. José Saraiva, *A cultura em Portugal. Teoria e História*. vol. I, Lisboa, Europa-América, 1982, pp. 128-129.
- (96) *Op. cit.*, p. 79.
- (97) *Id.*, p. 79.
- (98) A. J. Saraiva, *op. cit.*, p. 128.
- (99) «A idealização legendária do povo português», *A Águia*, n.º 29, Maio de 1914, p. 129.
- (100) «A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria», *A Águia*, 1.º vol., n.º 9, Set. de 1912, p. 76.
- (101) «A idealização...» ... p. 128.
- (102) *Op. cit.*, p. 118.
- (103) Cf. Ernesto C. Leal, «Nun'Alvares, herói e mito», p. 30.
- (104) *Portugueses ilustres*, p. 18; o texto foi aliás reproduzido em dois livros escolares: F. A. Xavier Rodrigues, *op. cit.*, pp. 75-76 e A. G. Pereira e A. C. Pinto, *Selecta Portuguesa*, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes dos liceus, Porto, Tip. Ocidental, 1907, pp. 64-66.
- (105) *Op. cit.*, p. 73.
- (106) A. J. Greimas, *Sémantique structurale. Recherche de méthode*, Paris, Larousse, 1966, p. 197.
- (107) *Id.*, *Du sens — II. Essais sémiotiques*. Paris, Seuil, 1983, p. 29.
- (108) «A Renascença Portuguesa...», p. 75.
- (109) Cf. Joaquim R. de Magalhães, «No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)», *Cidadania e História. Em homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa, Sá da Costa, 1985, pp. 31-32.
- (110) Cf. Jaime Cortesão, *Ibid.*
- (111) Cf. Marinho dos Santos, «Notas para o (re)conhecimento de Jaime Cortesão», *Cidadania e História. Em homenagem a Jaime Cortesão*, Lisboa Sá da Costa, 1985, p. 75.
- (112) *Op. cit.*, p. 121.
- (113) Segundo A. José Saraiva, quer na *Crónica da tomada de Ceuta* (1450), quer na *Crónica dos feitos da Guiné* (anterior a 1453), Zurara terá feito o panegírico de D. Henrique em sintonia com o ponto de vista deste, de acordo portanto com o testemunho do próprio herói que participara nos acontecimentos (o Infante só morre em 1460). Ao contrário do seu antecessor Fernão Lopes, Zurara foi por excelência o «panegirista da honra cavaleiresca» (*O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1988, pp. 253 e seguintes).
- (114) *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães, 1983 (1.ª ed. 1891), pp. 18 e 25.
- (115) *Id.*, p. 176.
- (116) *Id.*, p. 177.
- (117) *Id.*, p. 210.
- (118) Pessoa levará ainda mais longe esta imagem simultaneamente nocturna e solar do herói, tornando-a sobrenatural: «Em seu trono entre o brilho das esferas, / Com seu manto de noite e solidão / Tem aos pés o mar novo e as mortas eras — / O único imperador que tem deveras, / O globo mundo na sua mão.» (*op. cit.*, p. 118). Repare-se no carácter imperial e transcendente desta poderosa imagem mítica. O próprio título da citada estrofe — «A cabeça do grifo / o Infante D. Henrique» — não deixa de a reforçar: não se esqueça que o grifo (animal fabuloso, misto de águia e leão) é o vigilante dos caminhos que conduzem à salvação, e simboliza, numa perspectiva psicológica, a relação entre a energia psíquica e a força cósmica (cf. J. Eduardo Cirlot, *Dicionário de símbolos*, 7.ª ed., Barcelona, Labor, 1988, p. 228).
- (119) Cf. A. J. Saraiva, *op. cit.*, pp. 269-270 e, entre muitas outras, a imagem que Pinheiro Chagas transmite do Infante, *Portugueses ilustres*, p. 23.
- (120) Pinheiro Chagas, *Ibid.*

(121) A Mascarenhas, *Notícia de alguns homens...*, p. 32.

(122) Pinheiro Chagas, *Ibid.*

(123) A. Mascarenhas, *op. cit.*, pp. 38-41.

(124) *Id.*, *op. cit.*, p. 41.

(125) *Id.*, *Compêndio...*, p. 118.

(126) Cf., por exemplo, A. J. Viale, *op. cit.*, p. 94.

(127) *Id. op. cit.*, p. 97; António José Viale (1806-1889), professor responsável pela educação dos filhos de D. Maria II, e mais tarde de D. Carlos e do Infante D. Afonso, ensinou História e Literatura portuguesa às futuras rainhas D. Estefânia e Maria Pia. Oficial na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, aquando da vitória dos liberais (1833) exilou-se em Génova e depois em Paris, onde exerceu a docência. De regresso a Lisboa, viria a ser nomeado oficial, e depois primeiro conservador da Biblioteca Pública, tornando-se simultaneamente professor das famílias aristocráticas da capital. Professor de Literatura clássica no Curso Superior de Letras (1859-78), AJV ocupou ainda o cargo de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Publicou diversos livros escolares de História de Portugal (alguns deles em verso), traduziu alguns cantos d'A *Iliada* e d'A *Odisseia* e colaborou em órgãos da imprensa católica.

(128) C. Figueiredo, *op. cit.*, pp. 57-58.

(129) E. Seabra, *op. cit.*, p. 81.

(130) Manuel Paulo Mereia (1889-1977), historiador e professor, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, onde viria a reger as cadeiras de Direito Romano e História do Direito Português, publicou uma extensa obra, sobretudo dedicada às instituições medievais peninsulares e à história das ideias jurídicas e políticas.

(131) Ricardo Henrique Major (1818-1891), historiador e geógrafo inglês, funcionário do Museu Britânico, secretário e depois vice-presidente da Sociedade Geográfica de Londres, consagrou diversos trabalhos à figura do Infante D. Henrique e aos descobrimentos portugueses.

João da Rocha (1868-1921), poeta e investigador formado em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra, dedicou alguns estudos de crítica histórica à figura e à acção de D. Henrique.

(132) P. Mereia e D. Peres, *História de Portugal*, Coimbra, Coimbra Ed., 1920, pp. 111-112 (manual conforme o programa oficial, em vigor desde 1919 para a 6.ª e 7.ª classes dos liceus).

(133) *Id.*, *op. cit.*, p. 108.

(134) *Id.*, *op. cit.*, p. 106.

(135) A. Pimenta, *op. cit.*, pp. 139-140.

(136) Sobre as razões que terão movido o Infante, os seus objectivos e personalidade vejam-se os ensaios de V. Magalhães Godinho, «Dúvidas e problemas acerca de algumas teses da história da expansão», *Ensaios*, vol. II *Sobre história de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 103-104 e seguintes, *Id.*, «O plano henriquino e o âmbito do Infante», *Idem*, pp. 147-158 e A. J. Saraiva, *op. cit.*, pp. 268-276. Ambos historiadores rejeitam a ideia de que D. Henrique fosse um homem de

ideias científicas, um sábio. Quando muito de uma curiosidade «pré-científica» (V. M. Godinho). A. J. Saraiva vai mais longe, não hesitando em qualificá-lo «o mais medieval dos irmãos», e negando que se encontrasse empenhado nos descobrimentos por razões de ordem económica e de longo alcance, o que nos parece muito discutível. Já as apreciações críticas que este historiador avança sobre as imagens míticas que foram sendo construídas à volta da figura do Infante se nos afiguram pertinentes.

(137) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 148.

(138) *Ibid.*

(139) *Ibid.* Para a caracterização destas modalidades — valores modais susceptíveis de modificar o predicado de um enunciado — recorremos a A. Greimas e J. Courtés, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris, Classiques Hachette, 1979.

(140) «Camões», *A Águia*, 2.ª série, n.º 6, Junho de 1912, p. 1.

(141) A. J. Viale, *op. cit.*, p. 145.

(142) A. Mascarenhas, *Compêndio...*, p. 144.

(143) Pinheiro Chagas, *Resumo...*, p. 81.

(144) E. Seabra, *op. cit.*, p. 118.

(145) P. Mereia e D. Peres, *op. cit.*, p. 184.

(146) A. Mattoso, *op. cit.*, pp. 226-227.

(147) *Id.*, *op. cit.*, p. 266.

(148) In A. Pimenta, *op. cit.*, pp. 275 e 277.

(149) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 265.

(150) *Id.*, *op. cit.*, p. 232, Aubrey Bell (1881-1950), ensaísta inglês, fixou residência em Portugal como correspondente do *Morning Post* (1911-1940). Publicou vários estudos sobre a literatura portuguesa e diversos autores portugueses (sobretudo medievais e renascentistas).

(151) Cf., entre outros, Teófilo Braga, *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Lisboa, Tip. Costa e Irmão, 1884, pp. 6-15; *Id.*, *Camões e o sentimento nacional*, Porto, Tip. A. S. Teixeira, 1891, pp. 309-317, e ainda, João Medina, «Zé Povinho e Camões...», pp. 14-18.

(152) Ao evocar vivências da sua infância, José Gomes Ferreira dá conta que, segundo algumas opiniões suas contemporâneas, o culto d'Os *Lusíadas* correspondia ao surto colonial do regime republicano (cf. «Camões, campeão republicano», *Revolução necessária*, Lisboa, 1977, apud João Medina, *História Contemporânea de Portugal*, t. 1, vol. I, Lisboa, Amigos do Livro, 1986, p. 182).

(153) João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2.º Visconde de Juromenha (1807-1887), fidalgo-cavaleiro da Casa Real, 2.º alcaide-mor de Juromenha, foi adepto da causa miguelista e representou o seu pai na Junta dos Três Estados do Reino, que aclamou Rei D. Miguel em 1828. Regressado do exílio (1837), dedicar-se-ia a investigações eruditas sobre Camões, Grão-Vasco e outros temas históricos.

(154) José Leitão de Barros (1896-1967), cineasta, jornalista e dramaturgo, fez estudos nas Faculdades de Ciências e de Letras, na Escola de Belas Artes e ainda na Escola Normal Superior de Lisboa.

Fundou diversos órgãos de imprensa periódica e produziu uma vasta filmografia que se distribuiu sobretudo por dois géneros: a evocação histórica (por exemplo *Camões*, 1946) e a crónica de costumes (caso de *Lisboa, crónica anedótica*, de 1930). LB foi secretário-geral da Exposição do Mundo Português (1940).

(155) E. Seabra, *op. cit.*, p. 118.

(156) *Camões e o sentimento nacional*, p. 309.

(157) *Os centenários...*, p. 18.

(158) *Sistema de Sociologia*, p. 154.

(159) *Os centenários...*, pp. 31-32.

(160) A. Mascarenhas, *Compêndio...*, p. 88.

(161) Apud, A. Mascarenhas, *Notícia de alguns homens...*, p. 87.

(162) Jaime Cortesão, «A Renascença Portuguesa...», p. 76.

(163) P. Mereia e D. Peres, *op. cit.*, pp. 181-182.

(164) *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1946 (1.ª ed. 1879), p. 275.

(165) Até ao séc. XVIII, a atitude apologética em relação a D. João III «foi quase unânime». Só com a obra de Herculano se iniciou a revisão do seu retrato, salientando-se a partir de então a sua intolerância: veja-se, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal. O século de ouro (1495-1580)*, vol. III, Lisboa, Verbo, s.d. (1978), pp. 57-58.

(165) Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), historiador e político, membro do Conselho Geral de Instrução Pública, professor de História Pátria e Universal no Curso Superior de Letras, deputado cartista, secretário do Conselho de Estado, ministro da Marinha e Ultramar (1869-70) e par do Reino, produziu uma obra muito variada, repartida pela história, literatura e jornalismo.

D. António da Costa Sousa Macedo (1824-1892), pedagogo e historiador, foi o primeiro ministro da Instrução Pública durante a efémera ditadura de Saldanha (1870). Apologista de um alargamento do ensino a todas as camadas da população, preparou uma completa reforma do ensino primário e propôs a sua descentralização, bem como a criação de escolas para adultos e de bibliotecas populares, Comissário Régio do Teatro Nacional, empreendeu a sua reorganização. Publicou múltiplos trabalhos sobre Educação.

(166) Apud, Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 289.

(176) Cf. Antero de Quental, «Causas da decadência dos povos peninsulares», *Prosas socio-políticas* (pub. e apres. por Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional, 1982 (1871), pp. 267 e segs. e J. P. Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 288-291.

(168) Cf., por exemplo, Mascarenhas, *op. cit.*, p. 134.

(169) E. Seabra, *op. cit.*, pp. 104-106.

(170) *Resumo...*, p. 72.

(171) A. J. Viale, *op. cit.*, p. 129.

(172) Fortunatô de Almeida, *Curso...*, p. 127.

(173) *Id.*, *op. cit.*, p. 129.

(174) *Op. cit.*, p. 133.

(175) *Ibid.*

(176) A. J. Viale, *op. cit.*, p. 130.

(177) P. Mereia e D. Pares, *op. cit.*, p. 157.

(178) *Id.*, *op. cit.*, p. 157.

(179) *Op. cit.*, p. 122.

(180) A. Pimenta, *op. cit.*, pp. 220-221.

(181) *Id.*, *op. cit.*, p. 252 e p. 221.

(182) *Ibid.*

(183) *Id.*, *op. cit.*, p. 251; sublinhado nosso.

(184) *Ibid.*

(185) *Id.*, *op. cit.*, p. 252.

(186) *Ibid.*

(187) *Op. cit.*, pp. 231-235.

(188) *Id.*, p. 232.

(189) *Id.*, p. 234.

(190) *Ibid.*

(191) *Id.*, p. 235.

(192) *Id.*, p. 233.

(193) *Id.*, p. 231.

(194) D. Peres e C. Júnior, *op. cit.*, p. 75.

(195) «Herói», *Ossadas*, in *Poesia de Afonso Duarte* (apres crítica, sel. e sugestões para análise de M.ª M. Gonçalves), Lisboa, Ed. Comunicação, 1984, p. 208.

(196) Guerra Junqueiro, António Nobre, Antero de Figueiredo, Pascoaes, A. Lopes Vieira, António Sardinha, entre muitos outros, (cf. A. M. Machado Pires, *D. Sebastião e o Encoberto*, 2.ª ed., Lisboa Fundação C. Gulbenkian, 1982, pp. 14-23 e p. 32). Sobre a questão da redefinição dos heróis nacionais, e em particular da imagem de D. Sebastião nesse debate, veja-se Jorge Borges de Macedo, «Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A ideologia da razão (1912-1930)», *Revista de História das Ideias*, vol. 5, t. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1983, pp. 501, 504 e segs.

(197) *Os filhos de D. João I*, p. 185.

(198) *Ibid.*

(199) «A idealização legendária...», p. 145.

(200) *Ibid.*

(201) *Op. cit.*, p. 139.

(202) Cf., por exemplo, E. Seabra, *op. cit.*, p. 112.

(203) Jaime Cortesão, «A idealização...», p. 143.

(204) Carlos Malheiro Dias (1875-1941), romancista e jornalista formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado regenerador pelo círculo de Viana do Castelo em diversas legislaturas, viria a exilar-se temporariamente no Brasil em 1910. Publicou uma extensa obra que abrange romance, teatro, doutrina e crítica, jornalismo, etc. Sobre a polémica com António Sérgio, cf. Olga da Cunha Ferreira, «António Sérgio e os Integralistas», *Revista de História das Ideias*, vol. 5, t. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1983, pp. 445-449 e Jorge Borges de Macedo, «Significado e evolução...», pp. 504-512.

(205) *Op. cit.*, p. 117.

(206) *Id.*, p. 131.

(207) J. Cortesão, *ibid.*

(208) A. Mascarenhas, *Compêndio...*, p. 140.

(209) Pinheiro Chagas, *Resumo...*, p. 77.

(210) Fortunatô de Almeida, *op. cit.*, p. 132.

(211) Cândido de Figueiredo, *op. cit.*, p. 76; E. Seabra, *op. cit.*, pp. 110-111.

- (212) A. Mascarenhas, *op. cit.*, p. 143.
 (213) *Op. cit.*, p. 113.
 (214) *Op. cit.*, p. 138.
 (215) E. Seabra, *Ibid.*
 (216) P. Mereia e D. Peres, *op. cit.*, p. 197.
 (217) *Op. cit.*, p. 141.
 (218) *Op. cit.*, p. 144.
 (219) E. Seabra, *op. cit.*, p. 112.
 (220) Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 77.
 (221) Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 132 e A. Pimenta, *op. cit.*, pp. 282-283.
 (222) A. Pimenta, *op. cit.*, p. 284.
 (223) *Op. cit.*, p. 265.
 (224) *Id.*, p. 268.
 (225) Manuel Bento de Sousa (1835-1899), professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, cirurgião do Hospital de S. José e director da respectiva enfermaria, além de colaboração diversa em revistas da sua especialidade, interessou-se também por temas históricos e pelo ensino da História, que criticou ironicamente em *O Doutor Minerva* (1894).
 (226) apud. Júlio Brandão, *Livro de leitura para as classes I e II. Leituras históricas* (ensino liceal), Braga, Livraria Cruz, 1921, pp. 330-333.
 (227) Apud. A. Mattoso, *op. cit.*, p. 268
 (228) *Os centenários...*, p. 208.
 (229) *Id.*, pp. 186-187.
 (230) Cf., por exemplo, Emídio Garcia, *O marquês de Pombal. Lance d'olhos sobre a sua ciência, política e administração; ideias liberais que o dominavam e primeiras tentativas democráticas*, 2.ª ed., Lisboa, Oficina Tipográfica, 1905 (1.ª ed., 1885), p. 49, e A. Mascarenhas, *Notícia de alguns homens mais notáveis...*, p. 160. Sobre a pluralidade de apreciações e juízos ideológicos relativos à personalidade e acção de Pombal, veja-se Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, 2.ª ed., Lisboa, Moraes Ed., 1982 (1.ª ed. 1951), pp. 14 e 27-32; *Id.*, *O Marquês de Pombal, 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, pp. 9-12; Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 93-95 e *Id.*, *O Marquês de Pombal, o homem, o diplomata e o estadista*, Lisboa, ed. das Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982, pp. 188-190.
 (231) A. Mascarenhas, *Id.*, p. 107.
 (232) *Id.*, *Compêndio...*, pp. 215 e 222.
 (233) Cândido de Figueiredo, *op. cit.*, p. 101.
 (234) E. Seabra, *op. cit.*, p. 156.
 (235) *Op. cit.*, pp. 199-200.
 (236) *Ibid.*
 (237) *Notícia...*, p. 108.
 (238) *Compêndio...*, pp. 223-224.
 (239) *Op. cit.*, p. 112.
 (240) Cf., por exemplo, Pinheiro Chagas, *Ibid.*
 (241) P. Mereia e D. Peres, *op. cit.*, p. 251; D. Peres e C. Júnior, *op. cit.*, p. 121.
 (242) *Op. cit.*, pp. 149-156.
 (243) *Op. cit.*, pp. 167-175.
 (244) *Op. cit.*, p. 424.
 (245) D. Luís da Cunha (1662-1749), diplomata de ascendência nobre, licenciou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi desembargador na

Relação do Porto e na Casa da Suplicação e embaixador em diversas capitais europeias. Em diferentes textos inventariou os múltiplos problemas da sociedade portuguesa sua contemporânea (demográficos, económicos, sociais, etc.) e inspirado pelo espírito das Luzes, preconizou todo um conjunto de reformas. No seu *Testamento Político* propôs Sebastião José de Carvalho e Melo para secretário de Estado.

Alexandre de Gusmão (1695-1753), político, diplomata e intelectual, fez estudos em diversos estabelecimentos de ensino no Brasil (onde nasceu), em Portugal e em França (na Sorbonne), acabando por adquirir o grau de bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Secretário de D. João V, encarregado do despacho do Brasil, tornou-se um dos principais condutores da política externa portuguesa, advogando uma aproximação com a França. Criticou a situação económica e social do país e propôs o desenvolvimento manufactureiro.

Luís António Verney (1713-1792), intelectual português de ascendência francesa, diplomado em Filosofia e Artes pela Universidade de Évora, viveu em Itália desde 1836, onde escreveu diversas obras que revelam o seu espírito iluminista, reformador e estrangeirado. Entre elas destaca-se *O verdadeiro método de estudar...* (1746), em que Verney critica a situação cultural, mental e educativa do país e propõe a sua reforma, suscitando uma viva polémica. Todavia, não viria a ter qualquer papel nas reformas pombalinas do ensino, e os diversos compêndios de filosofia que publicou não seriam adoptados.

(246) A. Pimenta, *op. cit.*, p. 435.

(247) *Id.*, *op. cit.*, pp. 425-426.

(248) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 337.

(249) Luz Soriano, Rebelo da Silva, Fortunato de Almeida, Lúcio de Azevedo, etc.

(250) Apud. G. Durand, *op. cit.*, p. 57.

(251) Apud. A. Mascarenhas, *Notícia...*, p. 131.

(252) Cf. Fernando Catroga, «Ética e sociocracia — o exemplo de Herculano na geração de 70», *Estudos Contemporâneos*, n.º 4, Porto, 1982, pp. 33-34.

(253) Cf. João Medina, *Herculano e a geração de 70*, pp. 103-104.

(254) Apud Júlio Brandão, *op. cit.*, p. 400. Raimundo Bulhão Pato (1829-1912), poeta e prosador romântico, inicialmente deu expressão a um lirismo de inspiração lamartiniana, vindo mais tarde a imprimir um sentido social à sua poesia, em que se destaca *A Paqueta* (1.ª ed. 1856). Significativo é que BP se tenha sentido retratado no Alencar (personagem que encarna o poeta ultra-romântico) d'*Os Maias*.

(255) Cf. João Medina, *Aspectos da hugolatria portuguesa...*, p. 73.

(256) *Id.*, *op. cit.*, p. 53.

(257) Cf. Fernando Catroga, «Ética e sociocracia...», p. 43. Note-se que Herculano foi o segundo herói português a ser panteonizado, logo a seguir a Camões que o fora em 1880, aquando dos festejos do tricentenário da sua morte.

(258) «Alexandre Herculano», *Prosas*, vol. II, apud João Medina, *Herculano e a geração de 70*, p. 14.

(259) *Ibid.*

(260) Cf., por exemplo, A. J. Viale, *op. cit.*, p. 243.

(261) A. Mascarenhas, *Compêndio...*, p. 268.

(262) *Op. cit.*, p. 180.

(263) *Op. cit.*, p. 129.

(264) *Op. cit.*, p. 287.

(265) *Op. cit.*, p. 537.

(266) Cf. Fernando Catroga, «Ética e sociocracia...», p. 44.

(267) António Sérgio, «Notas de literatura portuguesa», *Ensaio* III, 2.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980 (a versão original data de 1918), pp. 119-129 *passim*.

(268) A. Mascarenhas, *Notícia...*, p. 55.

(269) *Id.*, *op. cit.*, p. 82; D. João de Mascarenhas (cerca de 1510-1580). Nada se sabe da juventude deste fidalgo que desempenhou funções na Índia sob o governo de diversos vice-reis. Capitão da fortaleza de Diu aquando do seu segundo cerco pelos Guzarates (1586), JM conseguiu resistir-lhes em condições muito desfavoráveis, até à chegada de reforços comandados por D. João de Castro. A sua proeza foi então considerada heróica, tendo sido tema que inspirou diversas narrativas. Todavia, recusando-se a continuar à frente da fortaleza de Diu (depois de reconstruída por Castro) regressou a Portugal (1547), onde posteriormente viria a apoiar a causa de Filipe II como pretendente ao trono.

(270) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 448.

(271) A. J. Viale, *op. cit.*, p. 145.

(272) S. Chagas Franco e A. Magno, *Primeiros esboços da História de Portugal* (aprovado no ensino primário, desde 1910), 9.^a ed., Lisboa, s. n., 1919, p. 88.

(273) E. Seabra, *op. cit.*, p. 116.

(274) A. J. Viale, *op. cit.*, p. 149.

(275) Cf., entre outros títulos, Teófilo Braga, *Os centenários...*, p. 200 e segs. e Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. VIII, Lisboa, Clássica Ed., 1949, pp. 221-222.

(276) Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), célebre arcebispo de Braga (a partir de 1559), figura quase lendária pelas suas virtudes religiosas, professou na Ordem de S. Domingos, foi lente de Artes no Colégio de Lisboa, de Teologia no Convento da Batalha e mestre do jovem infante D. António (futuro prior do Crato). Já arcebispo, participou no Concílio de Trento, onde terá defendido a necessidade de profundas reformas na Igreja (contra o poder concedido aos cardeais, contra o celibato, etc.), e a sua qualidade de primaz das Espanhas. Aquando das Cortes de Tomar, Filipe II prestou juramento perante fr. B. M. As suas qualidades (caridade, sabedoria, humildade, etc.) foram muito enaltecidas pelo seu biógrafo, Frei Luís de Sousa (*Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires*, 1619), ao dele construir uma imagem mítica que, parece distanciar-se bastante do «real».

(277) Cf. Maria Carlos Radich, *Temas de História em livros escolares*, Porto, Afrontamento, 1979, pp. 45-48.

(278) Decreto de 8-XII-1937, apud Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1986, p. 758; sobre a escassa projecção dos modelos heróicos femininos, cf. as notas (23) e (24).

(279) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 229.

(280) *Ibid.*

(281) Segundo Abraham Moles, os mitos dinâmicos rompem uma lei natural e representam «uma vontade do “contra”, traduzida de maneira obscura, vaga mas pregnante como um movimento permanente do Imaginário Social» («A função dos mitos dinâmicos na construção do imaginário social», *Logos*, Dez. de 1985, p. 38).

(282) A. Mattoso, *op. cit.*, p. 268.

(283) Carlos Malheiro Dias, apud A. Mattoso, *Ibid.*